

Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões do dia vinte e seis de abril de dois mil e treze

--- Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e treze, na vila de Nelas, no Auditório do Edifício Multiusos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

--- Um - Aprovação da Ata da reunião anterior; -----

--- Dois - Informações; -----

--- Três – Análise, Discussão e Votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2012, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea d) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIM; -----

--- Quatro - Análise, Discussão e Votação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal da CIM, para o ano de 2013, nos termos das disposições conjugadas do artigo 9.º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e da alínea o) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18 de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro; -----

--- Cinco - Análise, Discussão e Votação da 1.ª Revisão Orçamental do exercício económico de 2013, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 13º da Lei 45/2008, de 27 de agosto e na alínea b) do nº1 do artigo 21º dos Estatutos da CIM; -----

--- Seis – Aprovação da assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro; -----

--- Sete - Outros Assuntos. -----

--- Realizada a chamada às dezoito horas e trinta minutos, verificaram-se as faltas dos seguintes Deputados: -----

--- Carla Maria Baltazar Pedro; -----

--- Casimiro Alves Martins Loureiro; -----

--- Sónia Marisa Oliveira M. Ferreira; -----

--- Rui Manuel Simões Costa; -----

--- Adriano Lourenço de Almeida; -----

--- Alfredo Jesus Cabral; -----

--- José Manuel Afonso Rodrigues; -----

--- Marco Alexandre Ferreira Rodrigues. -----

--- Verificando-se a existência de “quórum”, o Senhor Vice-Presidente da Mesa da Assembleia, Sr. Joaquim Coimbra, declarou aberta a Assembleia, tendo informado todos os presentes que iria ser ele a dirigir os trabalhos, até à chegada do Senhor Presidente da Mesa, uma vez que este o tinha informado que estava ligeiramente atrasado. -----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, cuja intervenção se transcreve: "Como faço sempre, queria cumprimentar o senhor Presidente, os restantes membros de mesa, senhoras e senhores Deputados Intermunicipais e, naturalmente, a Dra. Isaura, Presidente da Câmara Municipal de Nelas e a sua equipa, por nos receber na sua casa, no seu concelho e transmitir-lhe a enorme satisfação de podermos estar aqui no final da visita aos restantes treze concelhos. -----

--- Estamos a terminar a ronda, bem sugerida pela Mesa da Assembleia, em particular pelo Senhor Presidente, na proposta que fez de percorrermos todos os catorze municípios da CIM Dão Lafões. Hoje estamos em Nelas, no coração do nosso vinho do Dão que é de fato um produto fantástico para nós todos e por isso eu queria, em nome da CIM Dão Lafões, agradecer a hospitalidade, a simpatia, mas sobretudo, é bom aqui dizer, a amizade e o respeito que tem havido entre a CIM Dão Lafões e a Câmara Municipal de Nelas pela cooperação, pela entreatajuda e pelo trabalho em conjunto que permite a valorização e o desenvolvimento dos nossos territórios. -----

--- Queria desta forma registar este fato, porque tem sido um enorme prazer, um enorme gosto trabalhar com todos os presidentes de câmara mas em particular com a Dra. Isaura e também com as senhoras e os senhores vereadores que ~~a~~ têm representado nas diferentes reuniões do Conselho Executivo e por isso queria saudá-la de uma forma muito particular, bem como ao povo de Nelas por nos receber." -----

--- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia passou de imediato ao **período antes da ordem do dia**, perguntando se mais algum dos presentes pretendia inscrever-se. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Jorge Figueiredo, cuja intervenção se transcreve: "Gostaria de começar naturalmente por vos cumprimentar a todos com boa tarde, o Sr. Presidente da Assembleia, em exercício, o senhor Presidente do Conselho Executivo, Excelentíssima Sra. Presidente da Câmara Municipal de Nelas, digníssimos deputados e deputadas. -----

--- Gostaria naturalmente de solicitar os bons ofícios de vossa excelência no sentido de dar cumprimento a uma deliberação, se a memória não me traiçoa, tomada por unanimidade na Assembleia Intermunicipal de Penalva do Castelo, que pressupunha que as reuniões ordinárias tivessem um pré-agendamento para todo o ano. Vejo que isso não está a acontecer, recorro que isso foi uma proposta que foi aprovada por unanimidade na Assembleia Intermunicipal de Penalva do Castelo. -----

--- Ainda neste Período Antes da Ordem do Dia, gostaria naturalmente de obter por parte do Sr. Presidente do Conselho Executivo, um esclarecimento no sentido de perceber se aquilo que

ouvi e aquilo que eu li corresponde ou não à realidade, em concreto no que diz respeito à alteração da nomenclatura de designação da CIM, se efetivamente isso corresponde ou não à realidade.-----

--- Por último, gostaria de deixar também um repto no sentido de que as atas, quer do Conselho Executivo, quer as atas das Assembleias Intermunicipais pudessem ser devidamente publicitadas, depois de devidamente aprovadas, no portal da CIM.”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mário Pereira, cuja intervenção se transcreve: “Embora estando a Assembleia Intermunicipal em fim de mandato, e não sabendo exatamente o que se vai seguir, gostaria de questionar se a CIM tem algum projeto no âmbito da Estratégia vinte vinte.-----

--- Do que sei a Estratégia vinte vinte favorece projetos com uma forte componente territorial e baseados em parcerias entre os agentes locais de que a CIM poderá ser um agente facilitador.-----

--- Haverá certamente muitas áreas em que a criação de parcerias poderá ser muito útil e entre elas salientava a possibilidade em desenvolver um consórcio na área dos transportes públicos que pudesse articular a rede comercial, os táxis e os meios de transportes das câmaras, das IPSS e das misericórdias, dos alunos para as escolas, dos trabalhadores para ir trabalhar e dos idosos para irem ao médico, às compras ou simplesmente para se socializarem.

--- Este é um problema enorme na nossa região e que cria sobrecustos incalculáveis às pessoas e às famílias.-----

--- Além disso a falta de meios de transporte acessíveis e operacionais é uma das causas do isolamento dos idosos e dos mais frágeis.-----

--- Outras áreas seriam por exemplo a promoção de outros consórcios por exemplo para negociação conjunta de fornecimentos de eletricidade ou telecomunicações.-----

--- Desde há algum tempo que defendo a ideia de que a crise que vivemos não é consequência das decisões mais ou menos acertadas de um ou outro governo, mas, no essencial, é consequência de uma dinâmica social que os governos não têm capacidade para influenciar tanto como gostariam.-----

--- Um amigo americano contou-me que um dia o Presidente Carter desabafou para uma amiga comum aos dois que “mesmo o Presidente dos Estados Unidos não pode fazer tudo o gostaria”.-----

--- Se não compreendermos que a situação económica que agora vivemos é consequência de biliões de decisões individuais tomadas por milhões de pessoas e que as pessoas que em cada



momento estão no governo são também parte desse processo, não conseguiremos encontrar soluções.-----

--- As soluções não aparecerão porque o PSD diz que foi o PS o culpado ou com o PS dizendo “quem criou os problemas que os resolva”.-----

--- A recente crise dos contratos de financiamento das empresas públicas é um exemplo notável de como estes processos funcionam e seria bom que em vez de andarmos a culpar uns e outros tentássemos compreender como é que as coisas funcionam.-----

--- Nesta análise tomo como assente que as pessoas intervenientes nos processos atuaram com total boa fé e decidiram o melhor com a informação disponível à época.-----

--- O que aqui quero salientar são os riscos e os perigos do discurso da procura de culpados. --

--- O meu ponto de partida é todos nós somos responsáveis e talvez nenhum de nós incluindo os antigos e atuais primeiro-ministros sejamos culpados.-----

--- Por isso a demissão dos dois secretários de estado que foram administradores do Metro do Porto surge-me como um ato sacrificial.-----

--- Como bons cristãos sacrificamos uns para obter o perdão para os pecados de todos.-----

--- O discurso de que o culpado por toda a crise foi José Sócrates foi e é repetido até à exaustão. Claro que ele tem responsabilidades.-----

--- Os fatos conhecidos demonstram complexidade dos processos.-----

--- José Sócrates é culpado pelo endividamento do país mas quem assinou os contratos e negociou os créditos foram também pessoas importantes no PSD e ao que parece estavam aconselhados juridicamente pelo atual ministro Dr. Aguiar Branco, contratos esses que foram aprovados por conselhos de administração de que faziam pessoas tão contrárias ao endividamento como o Dr. Rui Rio.-----

--- Isto serve só para dizer que naquelas circunstâncias muitas pessoas teriam feito a mesma coisa.-----

--- Um outro fenómeno que mostra a dificuldade dos governos é o discurso de que os governos criaram muitos cursos que não têm interesse para os jovens nem para o país.-----

--- O discurso estaria certo, não fora o pormenor de todos os cursos criados o terem sido por iniciativa das universidades e não do governo.-----

--- Mas moral da história, o governo é que é culpado mas os catedráticos que propuseram e em muitos casos exigiram ao governo a criação desses cursos podem ir à televisão dizer mal do governo sem que ninguém questione as suas responsabilidades.-----

--- Que eu saiba não foram José Sócrates nem Passos Coelho que fizeram os projetos do TGV nem das autoestradas, nem dos inúmeros edifícios públicos pouco utilizados existentes nos nossos municípios. -----

--- Muitas das dificuldades resultam da nossa capacidade de analisar as situações e de tomar as melhores decisões ser limitada. -----

--- Os humanos tendem a seguir o pensamento dominante na manada e quem pensa contra essa corrente sempre sofreu com isso. -----

--- Nós tendemos a acreditar que somos animais desligados da natureza e que não há limites à nossa capacidade intelectual. O nosso cérebro é uma máquina potentíssima mas foi desenvolvida para um tempo em que os homens viviam em pequenos grupos nas florestas e em que não seguir o líder do grupo significava ser comido pelo primeiro leão que aparecesse. -

--- Meus caros é por isso que todos nós, quando não conhecemos, preferimos entrar num restaurante que está cheio do que num completamente vazio. -----

--- Atualmente estão em debate duas questões em que este pensamento acritico de seguimento da manada pode ter consequências catastróficas. -----

--- A ideia, completamente não fundamentada, de que a educação era facilitista levou a essa aberração inqualificável que é o regresso aos exames da 4ª classe como se faziam no meu tempo. -----

--- Esta é uma decisão que assenta em crenças tipo messiânico no ministro Nuno Crato mas que não dá nenhum contributo para termos uma escola melhor e jovens melhor formados. ----

--- Uma outra é a defesa do ensino tipo alemão. -----

--- Caros membros da assembleia, tenho uma amiga alemã que mora na nossa região e tem três filhos a frequentarem a escola pública na nossa CIM e já este mês ela me dizia apenas isto: "estou muito contente que os meus filhos podem andar na escola aqui". Esta pessoa tem sobrinhos e primos a frequentarem escolas na Alemanha. -----

--- Porque sou casado com uma holandesa e tenho mais de vinte sobrinhos holandeses que frequentaram ou frequentam escolas holandesas posso dizer-vos que o sistema de ensino segredado com base nas capacidades medidas num teste nacional feito aos doze anos é claramente um dos problemas da Holanda. -----

--- Os meus filhos – tenho três – frequentaram as escolas públicas da CIM e têm uma formação melhor que a maioria dos primos holandeses. -----

--- Caros membros desta assembleia, conheço jovens que frequentam o ensino profissional dual, mas nunca os vi a ler um livro nem sequer o jornal. -----



- Conheço um rapazito de treze anos que no sexto ano fez o exame nacional e por cinco décimas não pôde ir para a escola secundária que lhe daria acesso ao ensino de nível universitário.-----
- Agora a escola não lhe diz nada e entretanto está numa escola e numa turma com colegas igualmente desmotivados e exposto a fatores de risco pouco recomendáveis.-----
- Em Portugal este rapazito tinha ido para o sétimo ano, poderia até ter alguma negativa, mas a verdade é que ele tem potencial intelectual para fazer um curso superior e que de todo não vai ser estimulado. -----
- O ensino dual não é a maravilha que nos pregam. Tenho uma sobrinha num curso de hotelaria. Pois bem, ela foi mandada procurar um estágio de nove meses e basicamente foi trabalhar de graça para um hotel sem nenhuma supervisão nem apoio da escola. -----
- Se na Holanda que é um país onde os cidadãos são assertivos estas escolas funcionam muito pior que as nossas escolas públicas, imagine-se o seria em Portugal.-----
- Só outro pequeno detalhe. Os bancos não gostam de emprestar dinheiro a quem não tem formação universitária mesmo para negócios como a agricultura. -----
- Os problemas da "guetização" dos imigrantes na França e na Holanda tem muito que ver com o encaminhamento dos jovens para escolas que lhes limitam as oportunidades futuras e por isso nunca saem do gueto com as consequências que já vimos em Paris.-----
- A justificação para adotarmos este modelo de ensino é o projeto da reindustrialização.
- Sobre isto há a dizer apenas que a revista TIME de vinte e dois de abril tem um artigo de fundo sobre o regresso da indústria aos Estados Unidos.-----
- A primeira constatação é que as novas fábricas não são iguais às que fecharam há dez anos e que também os trabalhadores não são iguais. -----
- As fábricas são baseadas em novas tecnologias. -----
- Uma das possibilidades de desenvolvimento da produção industrial é a utilização da tecnologia de impressão a três dimensões que já consegue produzir objetos em silicone mas que está a avançar rapidamente para a utilização de ligas de carbono e até de aço, o que permitirá produzir objetos sofisticados em garagens. -----
- As indústrias criaram nos Estados Unidos, nos últimos três anos, quinhentos mil novos empregos. Destes cinquenta e três por cento destes trabalhadores frequentou a universidade.
- Esta revista comprei-a em Oliveira de Frades por isso não será difícil os gabinetes ministeriais terem acesso a estes dados. -----

--- Esta é só mais uma achega para contestar este projeto de encaminhar jovens para um ensino imaginado em função do passado mas que já não corresponde à necessidade do futuro das empresas nem dos jovens em Portugal, nem na Alemanha, nem na Holanda.-----

--- Este modelo pode ter respondido às necessidades dos últimos cinquenta anos mas não responderá às necessidades dos próximos cinquenta anos. -----

A curto prazo este modelo de ensino vai ser apontado como um dos fatores que estão a influenciar o mau desempenho da economia nesses países.-----

--- A Holanda para manter a vantagem de que goza, ainda hoje, teria não ter muitos operários especializados mas sim de ter muitos doutorados.-----

--- Há quem não acredite. Mas nós temos na nossa CIM escolas que seriam boas em qualquer parte do mundo e tudo o que as destrua ou torne menos inclusivas será uma perda irreparável.-----

--- A minha crença é que no futuro próximo a educação universitária será a educação básica necessária aos jovens. -----

--- Se os exemplos internacionais não chegam posso partilhar convosco a estratégia da organização em que trabalho.-----

--- Há vinte anos a proporção de licenciados seria de vinte por cento da força de trabalho hoje é praticamente cinquenta por cento e a estratégia é de contratar licenciados para funções que até há pouco tempo eram ocupadas por pessoas com o nono ano ou o décimo segundo. -----

--- Porquê esta estratégia? -----

--- Porque as pessoas com formação universitária garantem outra produtividade e outra capacidade de se adaptarem às mudanças tecnológicas e organizacionais. E porque hoje se encontram jovens com formação universitária com boa formação, com capacidades de trabalho e empenhados.-----

--- Não estamos a fazer nada que os bancos não tenham feito. -----

--- Encontrar soluções produtivas para Portugal passa por estimular o pensamento diverso e alterarmos o modo como pensamos. -----

--- O que importa é criar uma visão do futuro desejado. -----

--- Pensarmos como podemos mobilizar os recursos e as pessoas que temos para caminharmos em direção a esse futuro imaginado.-----

--- O que caracteriza uma depressão é a incapacidade das pessoas imaginarem o futuro. -----

--- Tal como muitos jovens que não aprendem na escola ou se comportam mal não é por não terem capacidades mas apenas por não conseguirem formular uma visão do futuro que os mobilize.-----



--- Não se será expiação do passado nem o regresso a modelos antigos que nos mobilizará para amanhã acordar com vontade de trabalhar e de pagar impostos. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado José António Pereira, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente da Mesa em exercício, Sr. Comendador Joaquim Coimbra, Senhor Presidente do Conselho Executivo da Comunidade Intermunicipal Dão Lafões, Dr. Marta, Senhora Presidente de Câmara de Nelas, Dra. Isaura Pedro, Senhor Secretário Executivo Dr. Nuno Martinho, senhores Secretários, senhoras Deputadas, senhores Deputados, muito boa tarde a todos. -----

--- Como finalmente estamos em Nelas, Coração do Dão, e reforçando as palavras que a Senhora Presidente de Câmara, Dra. Isaura Pedro, acabou de proferir, o nosso muito obrigado por terem vindo ao nosso concelho. Normalmente, diz-se que os últimos são os primeiros e assim espero, pois o gosto de bem receber é uma das características de todos os habitantes do concelho de Nelas, do concelho que me viu nascer. -----

--- Mas o assunto que me traz aqui é a Justiça, tema já debatido na última assembleia mas atendendo a que não me inscrevi, e o período para o mesmo já ia longo, venho aqui hoje manifestar o meu desagrado para com o que foi dito relativamente ao Tribunal de Nelas. Na última assembleia o Sr. Deputado António Jorge Figueiredo, pretendo com isso repor a verdade dos fatos que por desconhecimento ou por omissão não foi apresentada pelo senhor deputado, utilizando em vez disso um ataque político. -----

--- Senhoras e senhores Deputados, -----

--- É pela falta de rigor e ética que a classe política tem perdido credibilidade ao longo dos anos, não será com afirmações como "em política o que parece é" que atingiremos ou que conseguiremos voltar a ter a classe política respeitada e passarmos a ser uma nação respeitada e orgulhosa da nossa História. Lembro que toda e qualquer mudança tem que começar pela revitalização e credibilização do poder político, logo temos que ser honestos no nosso comportamento para com a sociedade em que nos inserimos, renunciando à mediocridade do salve-se quem puder, ou que todas as mudanças são boas desde que não nos envolvam. -----

--- Tenho a dizer-lhe senhor deputado que se o Tribunal de Nelas se manteve em Nelas não foi porque "em política o que parece é", foi sim porque o esforço desenvolvido pela Senhora Presidente de Câmara aqui presente, que assumiu a sua liderança em conjunto com os demais elementos do executivo e do poder deliberativo, assim como, de ligação local da Ordem dos Advogados, que lutaram ferverosamente para que a verdade substituísse a mentira ou a falsidade. -----

--- Desconhece por acaso o senhor deputado que na primeira abordagem ao estudo o Tribunal de Nelas nem juiz tinha? Tendo sido considerado um tribunal agregado a Fornos de Algodres quando era precisamente o contrário? -----

--- Desconhece o senhor Deputado que o Tribunal de Nelas ao funcionar em regime de agregação com o Tribunal de Fornos de Algodres, apesar do volume de processos que recebe, representa para o erário público um custo muito inferior a qualquer outro tribunal do distrito por partilhar com o tribunal agregado recursos, nomeadamente juízes e magistrado do Ministério Público?-----

--- Portanto, senhor Deputado, tenho a dizer-lhe que o Tribunal de Nelas cumpria todos os pressupostos do novo mapa judiciário e, funciona e continua a funcionar muito bem, porque como o senhor disse, e muito bem, até o Conselho Superior de Magistratura na página cento e vinte e seis, como o senhor Deputado referenciou, perante os dados conhecidos, suscitava grandes dúvidas quanto à proposta de extinção do Tribunal de Nelas.

Quando o Tribunal de Nelas tem uma pendência média relativa ao quadriénio dois mil e oito dois mil e doze de aproximadamente de quinhentos e cinquenta processos; mais, por informação obtida junto da delegação local da Ordem dos Advogados, o volume total de pendência do Tribunal de Nelas anda próximo dos dois mil processos, quando só no ano de dois mil e onze foram movimentados cerca de setecentos processos ou seja mais de quatrocentos e cinquenta em relação ao proposto pela DGAI para o seu encerramento, número esse que se manteve em dois mil e doze, tendo uma média de mais ou menos oitocentos processos nos últimos anos. -----

--- Devo ainda acrescentar que tendo o concelho de Nelas um elevado índice de industrialização, comparado com os outros concelhos do distrito e a reorganização assentava em três pilares essenciais, sem perder de vista a premissa essencial da reorganização judiciária centrada no cidadão e nas empresas. -----

--- Que mais poderia acontecer ao Tribunal de Nelas se não corrigir as lacunas existentes e mantê-lo em funcionamento? -----

--- Portanto, senhor Deputado, concordo com o que aqui foi dito por alguns dos senhores Deputados na última assembleia que o mapa judiciário carece de ser feito com maior rigor e estratégia, que não devia ser feito no Terreiro do Paço por técnicos que muitas vezes não conhecem a realidade do país, originando algo que em vez de ser uma solução passou a ser mais um problema como foi referido pelo senhor deputado Dr. Manuel Oliva. -----

--- De fato a Justiça tem outros problemas com que se preocupar como por exemplo ter maior transparência, maior celeridade, maior responsabilidade, entre outros que poderíamos aqui

evocar. O acesso à Justiça é um direito consagrado constitucionalmente, ficando esse direito definitivamente ferido para todos os cidadãos quando esta em vez de resolver complica. Portanto, senhor deputado, em política, assim como nos tribunais a verdade deve sempre suplantar-se à calúnia ou à mentira.-----

--- Relativamente aos acessos rodoviários devo também lembrar-lhe senhor deputado, que o IC doze e o IC trinta e sete, duas infraestruturas elementares para o concelho de Nelas, para a rede de transportes comerciais e para todos quanto nos visitam, continua a ser uma miragem, sendo o mais esquisito no meio de tudo isto um IC doze, como Vossa Excelência conhece e sabe, terminou em Canas de Senhorim por obra do acaso, mas inexplicável.-----

--- Curiosamente meus senhores e minhas senhoras, os mesmos que quando nesta assembleia apresentei uma moção sobre estas infraestruturas rodoviárias se abstiveram e estão agora a falar na importância e na necessidade destas, como tive a oportunidade de ler alguns dias atrás na comunicação social, porque será?-----

--- Senhores e senhoras deputadas,-----

--- Para concluir e atendendo que hoje é vinte e seis de abril devo dizer que a política é uma atividade de enorme nobreza e que exige que nela atuem os mais capazes, os mais sérios, os mais competentes, acreditando que todos os políticos se encontram neste patamar, sem este fundamento nada se conseguirá construir de forma sustentada e duradoura.-----

--- Sejam uma vez mais bem vindos ao concelho de Nelas, e muito obrigado a todos”-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Vale de Andrade, cuja intervenção se transcreve: “Antes de mais começar por fazer uma referência que acho de extrema importância, associando-me à saudação e ao agradecimento expressado pelo Senhor Presidente do Conselho Executivo, à Senhora Presidente de Câmara. Efetivamente, já tive a oportunidade de o dizer pessoalmente, os últimos são os primeiros, é com enorme satisfação que nós em representação do Município de Vouzela estamos aqui no Município de Nelas, concluindo a volta pelos catorze municípios.-----

--- E é nessa função, enquanto Deputado da Assembleia Municipal de Vouzela, compete-me também dar nota de ter sido realizada hoje um evento que considero da maior importância e que tem tudo a ver com isto e que é a Assembleia da Juventude, teve lugar esta tarde, teve enorme concorrência, muita juventude na sessão, ao fim ao cabo vários temas debatidos, hoje o tema era a igualdade de género, com muita satisfação nossa, e o Senhor Presidente da Assembleia está aqui, poderá testemunhar que sessenta a setenta por cento eram moças, jovens da escola, muito participativas, sem qualquer problema dirigiram as suas questões ao Presidente da Câmara, ao Presidente da Assembleia e, portanto, penso que estamos aqui com

uma boa nota, ou seja, estamos confiantes, a juventude não se está a desinteressar, não se está a afastar, as mulheres começam a assumir cada vez mais, e bem, o seu papel na sociedade e nos lugares políticos. -----

--- Nós em Vouzela por acaso temos um equilíbrio no que concerne ao executivo camarário, de fato na assembleia há um défice mas sem querer apontar o dedo decorre até porque não há, tanto do meu conhecimento em Vouzela não há seguramente nenhuma presidente de junta, apenas há presidentes, mas isso a seu tempo com certeza será retificado. Acho que é merecida esta referência aqui numa câmara que, ainda por cima, é presidida por uma senhora.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Oliva, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente desta assembleia em exercício, Senhor Presidente do Executivo, Senhor Secretario Executivo, Senhora Presidente de Câmara Municipal de Nelas.-----

--- Eu pessoalmente quero agradecer o saco, eu quando olhei para o saco pensei que viria lá o famoso néctar de Nelas, não veio, porque estamos numa reunião de trabalho e, portanto, deu-nos foi com papéis, não é? Muito obrigado. Portanto, irei ler com agrado a economia do concelho de Nelas. -----

--- Passei pelo Tribunal de Nelas em mil novecentos e noventa e dois na sequência de exercício de funções no Sátão e, portanto, calhou-me por duas ou três vezes vir aqui e já agora uma referência ao colega que me antecedeu, para dizer que de fato só pode ter sido um erro aquela catastrófica menção de que Nelas iria fechar, o Tribunal de Nelas é seguramente três ou quatro vezes superior ao Tribunal do Sátão e, portanto, Sátão não fecha, porque é que alguma vez haveria de fechar Nelas?-----

--- Eu vim a esta tribuna hoje para lavar um protesto, uma reclamação.-----

--- Sátão, donde eu sou natural, é um município que ficou na cauda dos indicadores de qualidade de vida, desemprego, etc., num estudo feito por um ilustre cidadão e, portanto, nós estamos na cauda do desenvolvimento concelhio e recentemente fomos perturbados por uma decisão que julgávamos que fosse favorável do grupo Visabeira e IKEA que vai construir uma nova fábrica na região e, portanto, Sátão foi preterido uma vez mais e uma das razões porque foi preterido neste investimento teve a ver com as infraestruturas viárias, portanto, nós não temos uma ligação fácil a Viseu, continuamos a não ter. -----

--- A requalificação da Estrada Nacional duzentos e vinte e nove foi de fato aquilo que se viu, encolheu, e, portanto, cada vez que encolhe cada vez se torna mais difícil a nossa deslocação e prometem-nos hoje uma nova estrada, uma estrada que vai do Sátão a Viseu, mas vai pelo sul



do concelho e, portanto, atravessando uma série de aldeias e em perfil de via lenta, portanto, não é uma estrada com vistas para o futuro, é uma estradeca com vistas para coisa nenhuma.-

--- Aliás, com vistas fabulosas, mas são vistas naturais e que não nos conduzem, de fato, a uma deslocação mais rápida. -----

--- Portanto, o meu protesto é para aqui dizer que mais uma vez o Interior não se consegue desenvolver, é preciso urgentemente tirar o Sátão e outros concelhos como o Sátão, mas falo do Sátão, da cauda do desenvolvimento nacional e da cauda do desenvolvimento concelhio e, portanto, também este Conselho Executivo, esta Assembleia Intermunicipal tem que olhar um pouco mais e exercer a influência que tiver para que quando acontecerem esse tipo de possibilidade de investimento haja alguma justiça na sua execução. -----

--- É este o protesto que eu queria aqui deixar, disse-o".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Dias, cuja intervenção se transcreve: "Ora muito boas tardes, desde já, saúdo em particular, o Senhor Presidente da Assembleia em exercício, ao outro elemento da mesa, o Senhor Presidente do Conselho Executivo, também a Senhora Presidente de Câmara Municipal de Nelas e ainda de uma forma extensiva, às senhoras Deputadas e Deputados.-----

--- Ora bem, a minha vinda aqui naturalmente tem a ver com trinta anos depois da Revolução de abril e acho que nunca é de mais falar, sobre o assunto dada a proximidade da data, hoje é dia vinte e seis e, portanto, é o pós vinte e cinco de abril. A revolução dos sonhos de onde brotaram cravos, cravos que murcham, cravos que ainda resistem, cravos que morrem, cravos que ainda lutam, cravos que secam, cravos que ainda florescem, cravos torturados por esta ganância, ganância que democraticamente tolhe a liberdade e deixa mais cravos sem alma, sem vida. Não resisto em recordar José Afonso com a letra da célebre canção que deu mote à razão de estarmos aqui distribuídos de forma desigual, conforme as opções políticas de cada um de nós «Grândola Vila Morena, terra da fraternidade, o povo é quem mais ordena, dentro de ti ó cidade».-----

--- A mensagem que vos deixo é de não perdermos os ideais de abril e de lutarmos com todas as nossas energias para que a liberdade, o pão, a educação, a saúde, a justiça sejam palavras vivas e que seja possível a realização de sonhos ainda não concretizados, e isto naturalmente numa fase crítica em que naturalmente o nosso país vive. Acho que nunca é demais recordar, de que há muitas famílias, sem pão, sem saúde e que devido ao desemprego em que caíram, às vicissitudes da vida ... como referiu o orador anterior em que falava de fato na tal, as tais novas oportunidades em termos de crescimento, desenvolvimento, que realmente estão a surgir na América, tendo em conta naturalmente as novas tecnologias aplicadas, à máquina

industrial e às empresas, às novas organizações. Acho que realmente o nosso país também espera, realmente isso, ou seja, que realmente, pelo menos o novo impulso do novo QREN que efetivamente traga de fato a esperança de a muitas famílias, de emprego, de empregabilidade, de desenvolvimento económico para que os rendimentos gerados sejam de fato distribuídos em termos de mais bens materiais às famílias. Enquanto isso não acontece os “particulares” ou seja as famílias, ainda resistem tal qual como os cravos e que aconteça de fato um mundo de esperança e que realmente venha de fato aí um mundo melhor. É isso que desejo naturalmente a todos, e também a todos aqueles que realmente estão de fato sem vida, sem alma e sem poder de compra e estão quase a morrer. É só!” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Jorge Abreu, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da Mesa, Senhor Comendador Joaquim Coimbra que estava a presidir os trabalhos, Senhora Secretária, Senhor Presidente da CIM Dão Lafões, Senhor Secretário, Senhora Presidente de Câmara Municipal de Nelas, Dra. Isaura Pedro, Senhoras Deputadas e Senhores Deputados. Antes de mais começava por pedir desculpa a todos e a todas que neste dia para se deslocarem até este belo concelho do coração do Dão e tiveram que percorrer esta Estrada Nacional duzentos e trinta e quatro e a Estrada Nacional duzentos e trinta e um, que há uns anos atrás neste mesmo espaço o Senhor Secretário de Estado dos Transportes Paulo Campos anunciou como obra a executar de imediato. -----

--- Anos passaram, o IC doze na sua continuidade não existe, o IC trinta e sete é uma miragem, com certeza aperceberam-se quem se deslocou de Viseu para este concelho os lindos vinhedos da Casa de Santar onde provavelmente com o novo traçado do IC trinta e sete não teriam essa bela paisagem, alguma coisa de boa fica. -----

--- Mas aquilo a que devemos depois de percorridos todos os catorze concelhos em que muitos temas foram discutidos tantas intervenções foram feitas nomeadamente sobre esta matéria, continuamos um concelho que a nível de infraestruturas rodoviárias está muito, mas muito limitado. -----

--- Neste aspeto referir-me a um pormenor, é só um pequeno pormenor, é que há uns anos atrás todos com certeza se aperceberam que o traçado do IC doze até Canas de Senhorim foram gastos uns largos milhões de euros na pavimentação daquela via, que uns meses depois se tornou intransitável para uma via daquela circunstância. Hoje é vergonhoso, é vergonhoso depois do investimento daquela natureza o estado daquela obra. O que é que teve de ser feito? -----

--- Perante o cenário atual de dificuldade orçamental reduziu-se o limite de velocidade, hoje no IC doze o limite de velocidade é cem quilómetros hora. Isto não é uma medida boa, mas o

que é péssimo é investir-se o dinheiro que se investiu naquela obra com uma pavimentação daquela natureza, e eu pergunto onde é que estão os responsáveis por esta obra? -----

--- Era então também Secretário de Estado dos Transportes o Dr. Paulo Campos. -----

--- O IC trinta e sete é uma miragem, mas que nós continuamos a acreditar que esta terra, este belo concelho que se encontra no coração do Dão necessita muito do cruzamento destas duas vias, porque a nível industrial nós temos condições fantásticas para a captação de novos investimentos e que não queríamos que fossem boicotados esses projetos e esses potenciais investidores por falta de boas vias rodoviárias.-----

--- Depois dirigir uma palavra ao Conselho Executivo da CIM, muito se fala sobre o futuro, o que serão as comunidades, que poderes poderão vir a ter, muitas preocupações são lançadas e o repto e a palavra que deixo é que vivemos num país que teima em esquecer um pouco os princípios básicos da nossa vida, a educação, a saúde, a solidariedade, que terão que ser cada vez mais o nosso foco e que são cada vez mais necessários.-----

--- Estamos num culminar de uma época de décadas em que o dinheiro extravasou, foi por vezes mal investido e leva-nos a que hoje, como em todos os orçamentos familiares com que nos deparamos no nosso dia a dia se tem que apertar o cinto, e a minha preocupação é que apertar o sinto mais, em quê? As nossas famílias já passam por grandes dificuldades, o nosso comércio cada vez é menor, os nossos jovens cada vez estão menos resistentes, mais preocupados e com menos incentivo para o próprio estudo, porque eles próprios não sabem o que é que os espera no futuro e daí uma das preocupações, porque são áreas que à partida poderão passar por uma intervenção muito alargada nomeadamente da CIM Dão Lafões e de todas as CIM's, mas que o fator da educação, da saúde e da solidariedade não seja esquecido entre muitos outros". -----

--- Assumi a presidência da Mesa da Assembleia o Senhor Dr. Almeida Henriques, cuja intervenção se transcreve: "Queria cumprimentar a todos os presentes, queria cumprimentar o Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, e também a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nelas, Dr.ª Isaura Pedro, e pedir-vos desculpa por este atraso mas tive que intervir num painel que está a decorrer em Viseu com setenta e tal empresários das comunidades da diáspora, e as perguntas foram muitas e acabei por me atrasar uma vez que também começou meia hora mais tarde, portanto, peço desde já que me perdoem este atraso mas sei que a assembleia esteve a ser magnificamente conduzida pelo Vice-Presidente Joaquim Coimbra".-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: "Queria antes de mais, e como é usual também nestas circunstâncias, dirigir-me à Senhora Presidente

da Câmara de Nelas, agradecer o fato de estarmos aqui e a forma como nos recebe, temos sido muito bem recebidos, estamos a acabar este périplo, seria talvez a altura até de fazer um balanço do que temos visto e ouvido nos catorze concelhos que fazem parte desta comunidade, e eu gostaria também de pensar, de dizer o seguinte: li na comunicação social há umas semanas atrás que havia a intenção de mudar o nome desta comunidade intermunicipal da região Dão Lafões sobrepondo-lhe ou antepondo-lhe o nome da cidade de Viseu. E eu digo que esta comunidade - pelo menos por aquilo que eu tenho visto - deve continuar a ser uma comunidade de pessoas ao mesmo nível, neste caso de entidades, de câmaras municipais, ao mesmo nível e por muito que a cidade de Viseu e o Concelho de Viseu mereçam toda a consideração, a verdade é que aqui temos de ser ou devemos ser todos iguais e por aquilo que tenho visto é essa igualdade que tem feito prevalecer, nestas reuniões, o sentido de individualidade de cada um, ou seja, o fato de todos sermos diferentes mas ao mesmo tempo todos iguais e de cada um trazer os seus problemas e as suas reivindicações aqui. -----

--- A sobreposição, até porque isto dá um ar um pouco daquele complexo que os espanhóis têm em relação aos franceses por um lado, e aos portugueses por outro, superioridade em relação a uns, inferioridade em relação a outros, ou por exemplo a cidade do Porto em relação a Lisboa e as outras cidades em relação ao Porto, por muito que nós gostemos das coisas, até porque há uma coisa que eu devo realçar, não faço isto como uma crítica vã, mas eu li também e recentemente, que a cidade de Viseu foi considerada a melhor cidade e Fernando Ruas o melhor presidente da câmara segundo uma ONG sediada em Oxford e vai receber um prémio por isso, o serviço de Pediatria e Ortopedia do Hospital de Viseu foram considerados com nota de excelência. -----

--- Ou seja, cada um dos concelhos, cada uma das cidades deve efetivamente ser aquilo que os seus elementos, os seus cidadãos e não só, consigam ser, tal como as nossas terras, as nossas freguesias, não deve haver uma sobreposição só porque são maiores ou têm outro tipo de importância, deve ser por aquilo por que, efetivamente as coisas são boas e as pessoas que fazem parte dessas organizações são boas. -----

--- Portanto, aqui não é necessário haver uma alteração desta comunidade alterando-lhe o nome simplesmente para haver uma prevalência doutra cidade qualquer. E digo isto se fosse Vouzela, se isto passasse a chamar-se Comunidade Intermunicipal Vouzela qualquer coisa, as pessoas achariam muita piada a isso. -----

--- Mas quero dizer não, aqui esta definição, talvez as pessoas, os munícipes do Alto Paiva também, quer dizer, tudo bem, agora este tipo de coisas que podem parecer mesquinhas, que podem parecer que não têm importância nenhuma, mas a mim agrada-me particularmente vir

a estas reuniões não só por serem muito participadas, por termos oportunidade de conhecer grande parte da Região Centro, mas porque efetivamente sinto, sinto que me sento entre iguais.-----

--- Dito isto, queria passar a outro tema, que é um daqueles temas que já foram muitíssimo quentes, já ferveram muito aqui, que passaram a mornos e arrefeceram, e tem a ver com a situação das ex-SCUT's e em concretamente da A vinte cinco. Eu devo dizer que acho uma perfeita estupidez a quantidade de autoestradas que nós temos neste país, pronto, esse é o primeiro princípio. Mas já que as temos, já que as temos, porque é que não vamos utilizá-las?-----

--- Os temas que foram tratados aqui, cada um à sua maneira- eu também fiz algumas intervenções várias vezes- mas uma das coisas que eu salientei é que achava que era antieconómica a forma como as ex-SCUT's, as chamadas ex-SCUT's, eram taxadas, eram portajadas, não tinha lógica nenhuma e continua a não ter lógica nenhuma.-----

--- Ok, ao fim destes anos todos eu leio que, em recentes declarações o Secretário de Estado de Transportes diz :“hoje os utilizadores das vias do interior queixam-se do preço, que o preço do quilómetro é caro, o governo ouviu este apelo e está a estudar um sistema mais justo, não é possível ter pórticos de quando em quando, etc.”, e eu digo aleluia! O que é que terá dado nesta altura ao Sr. Secretário de Estado para entender isto? Isto já nós víamos há muito tempo.-----

--- Portanto, se efetivamente, e mais vale tarde do que nunca, se efetivamente se chegou à conclusão de que as vias existem, que essas vias de alguma forma têm de ser utilizadas, se calhar é melhor fazer realmente utilizar o tal princípio do utilizador pagador mas de uma forma que seja acessível e que permita que efetivamente as empresas e as pessoas se desloquem, não fugindo ao trânsito do interior, que esse trânsito também é fundamental.-----

--- Mas nós se vimos bem, as estradas secundárias, não só pelo mau tempo que tivemos, as estradas secundárias estão extremamente degradadas neste momento, vê-se em todo o país, eu frequento as estradas e ando nas estradas quase todos os dias e vejo que as estradas estão num estado miserável, vai-se gastar milhões a repará-las e, entretanto, as autoestradas estão vazias.-----

--- Portanto, se elas forem mais baratas se calhar, fifty fifty, as pessoas voltam novamente às autoestradas. Por outro lado, a receita da cobrança- segundo também os dados oficiais- foi de cento e cinquenta milhões de euros e o custo de cobrança desses cento e cinquenta milhões foi de cinquenta milhões. Eu pergunto:- com que vantagem? E esses cinquenta milhões não teriam sido mais bem utilizados se dessem emprego a alguém? Nem que estivessem nas cabines de portagem, com tudo o que isso implicaria em termos de menos desemprego, mais

contribuições para a Segurança Social, menos mortos, menos feridos, menos acidentes, tudo isso. -----

--- Portanto, o que eu quero dizer, pelo menos aquilo que eu penso é que já que temos as coisas vamos utilizá-las, mas em condições que nos permita efetivamente utilizá-las e não simplesmente dizer como também às vezes é usual, é verdade, temos muitas autoestradas, mas ainda precisávamos de mais uma autoestrada ali, mais uma autoestrada acolá.-----

--- Não, eu sou totalmente contra. Houve coisas que foram mal feitas, elas estão aí vamos utilizá-las, mas fico contente que apesar de tudo o Sr. Secretário de Estado dos Transportes tenha visto isso e que efetivamente venha algo que seja proveitoso. -----

--- E já agora dizer que o interior do país onde nós nos situamos tem sido até agora realmente a zona que mais tem sido afetada por esta situação e aqui o A vinte cinco e todos os concelhos que são servidos por ela que têm a ver com a via que leva e que traz a maior parte das exportações e importações.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Teodósio, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente da CIM, Comendador Dr. Almeida Henriques, Senhor Vice-Presidente e Comendador Joaquim Coimbra, Senhora Secretária, Senhor Presidente da CIM, Senhora Presidente da Câmara Municipal, caros colegas. -----

--- Eu só vim aqui, conforme o Senhor Presidente disse, porque foram aqui proferidas algumas afirmações que de alguma forma convém serem devidamente clarificadas. -----

--- Em momento algum vi a possibilidade desta alteração do nome da Comunidade Intermunicipal fundamentada numa questão de sobrevalorização do nome de Viseu, penso que é um caminho perfeitamente errado irmos por aí e as coisas devem ser analisadas com bastante seriedade. Recentemente numa reunião da CCDR onde foram aprovadas as regiões, por força das minhas funções eu tenho inerência nesse órgão, uma das propostas que era apresentada era a criação da região Beira Interior Sul, penso que é perfeitamente claro para todos nós a localização da Beira Interior Sul, estamos mesmo a ver que não era identificável, obviamente que as pessoas perceberam e alteraram para Beira Baixa pois era muito mais identificativo para toda a gente. Se vos perguntar Vilar Formoso em que região está inserida, eu não sei se alguém me saberá dizer que nome tem essa região, pois chama-se Região Serra da Estrela Beiras. Aveiro decidiu que a região se chamasse Aveiro, Coimbra decidiu que a região se chamasse Coimbra, Leiria decidiu que a região se chamava Leiria, não vi, e isto foi aprovado por unanimidade apenas com uma abstenção do Presidente da Câmara do Fundão, não vi de forma alguma, algum problema de sobrevalorização, perdão, o Presidente da Câmara da Figueira da Foz votou contra. Penso que há aqui gente que esteve presente e pode

perfeitamente confirmar tudo o que eu estou a dizer. Portanto, se eventualmente a Comissão Intermunicipal de Viseu se vier a chamar de Viseu Dão Lafões, é assim perfeitamente natural, mas estar a fundamentar isto por uma questão de sobreposição ou qualquer outro tipo, eu penso que é um caminho perfeitamente errado porque não corresponde rigorosamente à realidade. E há aqui um fato que é importante termos em conta que é a exportação do próprio nome da comunidade em que, e se falarem com os nossos vizinhos espanhóis, como sabem, eles não têm o ditongo 'ão' e é de pronúncia difícil o Dão e o Lafões. Não é invenção minha, qualquer professor de português/espanhol poderá explicar muito melhor que eu, que sou professor de Matemática, e por isso mais ligado aos números. O fato de ter a palavra Viseu eu penso que não é uma sobreposição da cidade ou do concelho Viseu, é uma questão de ajudar uma região ser identificada e penso que só nos deveremos orgulhar, aliás, foram dadas aqui notas relativamente por exemplo ao hospital, o hospital não é de Viseu, é da região em que está inserido, é um hospital Central, serve concelhos doutros distritos até e, portanto, acho que é tempo de pensarmos grande e de sermos grandes." -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Licínio Vaz, cuja intervenção se transcreve: "Eu expressei a minha opinião, como eu disse complementei com o fato de achar que Viseu, gosto muito de Viseu, estudei em Viseu, andei na tropa em Viseu, os meus filhos estão a estudar em Viseu, a única opção do meu filho mais novo para vir para a faculdade foi para Viseu.-----

--- A única coisa que eu não entendo é efetivamente esta fixação em ter, Área Metropolitana do Porto, ainda se compreende, agora quando se abarcar uma área, eu também não entendo essas coisas de Interior, Norte, Sul, Este, Oeste, sinceramente eu fico perdido, fico perdido com todas essas coisas que se encontraram para definir zonas que não conseguimos localizar geograficamente. No que falou em relação ao hospital eu também vi outra coisa, também vi que nessa altura também houve a intenção ou a tentação de passar a ser Centro Hospitalar Viseu Tondela e não Tondela Viseu, e sei que alguém se manifestou porque achou que isso 'é pá, espera aí, porque é que não há de Tondela Viseu e não Viseu Tondela?' e eu aí diria que se calhar por uma questão de conhecimento se calhar é melhor Viseu Tondela do que Tondela Viseu, mas já que as coisas estão assim e funcionam, não vamos agora estar aqui com este pruridos. -----

--- Portanto, a questão da exportação, que falou, peço desculpa também de entrar por esse tema, não era minha intenção, isso não, essa justificação não existe por uma razão, então Guimarães Capital da Cultura também ninguém sabe, os espanhóis também não vão lá muito com o Guimarães, e eles têm nesta situação a localização deles em relação aqui a Viseu, pois não se perde com isto, Viseu continuará a ser Viseu onde está e acho que a promoção e o

conhecimento de Viseu deve ser realmente em função das suas capacidades e essas aí são imensas, o potencial é imenso tal como o Porto, segunda cidade mais turística do ano passado, melhor destino, etc..-----

--- E é assim pelas suas atividades, pelo hospital de Viseu, por todas essas características que Viseu deve ser promovido. Agora eu efetivamente sinto que na altura e da forma como as coisas foram pelo menos descritas na comunicação social, e eu não tenho nenhum tipo de crítica especial a fazer a esta ou aquela pessoa por ser deste ou daquele quadrante, aliás, enquanto elemento de Vouzela do PSD nem sequer isso me competiria, mas não fico calado só pelo fato da pessoa que frisou isso, penso que foi o Dr. Fernando Ruas 'ó Dr. Fernando Ruas, desculpe lá mas isso não tem razão de ser, ou tem razão de ser', não é assim que eu vejo as coisas. -----

--- Portanto, entendo perfeitamente que muitas vezes é mais fácil situar a zona, mas eu continuo a não concordar, continuo a não concordar e esta é só a minha opinião, não foi com outra intenção, mas continuo a dizer não concordo". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente do Conselho Executivo, Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nelas, Senhor Secretário Executivo, Senhoras e Senhores Deputados. -----

--- Senhor Presidente do Conselho Executivo e Presidente da Câmara Municipal de Tondela e não qualquer coisa... para dizer, quero iniciar a minha intervenção evocando o vinte cinco de abril. -----

--- Evocando o vinte cinco de abril na sua expressão, que pese embora não ter sido a grande reivindicação, foi a sua expressão mais pura e mais bem conseguida que foi o poder local. Recordar também alguém que partiu este ano e que presidiu à comissão do poder local da constituinte, com raízes nesta terra, nesta região, o Engenheiro Aquilino Ribeiro Machado. -----

--- E dizer que aqui também está muito no poder local, está muito por concretizar de abril, desde logo a regionalização, que não foi concretizada mas que vai aparecendo ao de leve e nós mesmos estamos a ser uma expressão natural dessa regionalização só que sem órgãos diretamente eleitos e ainda por cima pelos vistos com problemas de identidade regional. -----

--- Mas esta é a verdade, as CIM's têm assumido o papel lentamente, paulatinamente de planificação, de coordenação de investimentos, papéis que deveriam caber às regiões administrativas, infelizmente sem estarem dotadas, também por imperativo constitucional, de órgãos eleitos. -----

--- E aqui chegados, lembrar que apesar de estar a falar da tribuna de um órgão extinto a prazo, o decreto da Assembleia da República está já publicado e, portanto, a assembleia

intermunicipal deixará de existir, o que causa uma sensação de alguma estranheza e inutilidade, mas sempre dizendo o seguinte e é bom que isto fique claro, na última sessão aprovámos aqui, apenas com um voto contra, uma moção e algumas abstenções, com uma alegação formal, uma moção sobre o futuro do desenho das comunidades intermunicipais, das suas competências e do seu modelo democrático. -----

--- E quero vir aqui fazê-lo por razões de justiça, dar a mão à palmatória e dizer que valeu apenas e dizer que houve diálogo nesta matéria e pese embora não termos hoje os órgãos diretamente eleitos e essa democracia plena que gostaria da minha perspectiva de ter aqui na CIM, a verdade é que o modelo e o desenho final não foram tão maus quanto isso. -----

--- E hoje parece-me que o futuro órgão executivo que será eleito ainda assim por um colégio eleitoral, ainda assim com um monopólio de iniciativa do conselho intermunicipal, mas ele será diretamente responsável por todas, perante todas as assembleias municipais que compõem a CIM. -----

--- E este tipo de reuniões provavelmente e até com alguma vantagem que não seja o intercâmbio que nós aqui fazíamos, poder-se-ão reproduzir duas vezes por ano nas nossas assembleias municipais, isto é, as futuras comissões executivas das CIM's responderão diretamente perante as assembleias municipais que, aliás, poderão destituir essa mesma comissão executiva desde que com uma maioria de dois terços de moções de censura aprovadas nessas assembleias municipais. -----

--- Portanto, penso que o trabalho que aqui produzimos também terá contribuído para esse novo reequilíbrio do desenho institucional das comunidades intermunicipais e nesse sentido julgo que produzimos também aqui todos e coletivamente boa reflexão nessa matéria. Seja como for, é manifestamente insuficiente. -----

--- Quanto à questão das identidades regionais, para dizer o seguinte, em relação a este mau exemplo que foi a discussão em torno da denominação desta região, eu queria lembrar que a proposta inicial era que fosse CIM da Região de Viseu. -----

--- Eu tenho muito orgulho em pertencer a uma região que digamos é natural que é a região de Lafões, tenho o mais profundo respeito pela região do Dão e também pelo Alto Paiva, que não aparece na nossa denominação e devo-vos dizer que se percebe nestas alturas que vivemos, vésperas de eleições autárquicas, algumas despedidas, se cometam também alguns disparates nesta matéria. -----

--- E não fora o bom censo e ainda assim a vitória de Pirro de criar aqui uma região Viseu Dão Lafões, como se Viseu não estivesse compreendido na região do Dão, naturalmente quase que

lembra, enfim, aquelas imposições às vezes familiares de carregar uma criança com oito, dez ou doze nomes de família. -----

--- Foi a solução de compromisso que se arranjou, mas foi uma solução totalmente desnecessária e o Bloco de Esquerda em São Pedro do Sul nessa altura tomou posição e também eu repito aqui, porque não estaria de bem com a minha consciência se não o fizessem, para chamar a esta região tão rica, tão diversa, como é a Região Dão Lafões, região de Viseu, mais-valia pois que o seu símbolo heráldico contivesse o eucalipto porque é isso que nós sentimos em Lafões, é isso que em muitos concelhos do Dão se sente em relação à migração e à concentração de serviços na cidade de Viseu. -----

--- Não é por culpa nem por mérito dos autarcas de Viseu, mas Viseu que se lembre e o Município de Viseu que se lembre da importância do nome Dão, que se lembre da importância estratégica do vinhedo que tem, do carácter identitário do Dão também para a região de Viseu.

--- E já agora a propósito de Marketing, pois se tivéssemos que alterar a designação da região talvez tivéssemos que aproveitar e fazer alguns ajustes e, portanto, que Viseu talvez se diga com mais facilidade em castelhano, mas talvez *Biseu* pudesse ser mais fácil de pronunciar. ----

--- Nós temos identidade, temos características, e lembrando o vinte cinco de abril, lembro também coisa rara para alguém que é do Bloco de Esquerda, lembro também o cinco de outubro de mil cento e quarenta, exatamente, marco fundacional da nacionalidade e lembro também o primeiro de dezembro de mil seiscentos e quarenta, curiosamente duas datas extintas como feriados, para dizer o seguinte que não temos de nos sujeitar a isso, já basta a prostituição comercial intitulada por "AllGarve". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Mota Faria, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Presidente agradeço, aproveito para cumprimentar a Dra. Isaura Pedro, digníssima Presidente da Câmara de Nelas, também o Senhor Presidente do Conselho Executivo. -----

--- Aquilo que assistimos aqui é aquilo que nunca deve ser feito. Eu sou de Viseu, sou da Região de Viseu e sou da Região Dão Lafões e por isso aquilo que deve ser feito é sempre aquilo de que se fala, no trabalho em rede, todos colaborarmos para a mesma finalidade. ----

--- Não é atacar-se o desenvolvimento de A, o desenvolvimento de B, não é os eucaliptos, o que estamos aqui a assistir é aquilo que é o pior que pode acontecer numa região, o pior que pode acontecer na política, o pior que pode acontecer num político que se diz defensor de uma região. -----

--- A região defende-se respeitando-se uns aos outros, não se defende uma região uns contra os outros e isto, e é aqui o meu protesto, é um protesto de doutorados da conversa que este país já está farto e que não pode continuar, esta é a nossa região, este é o nosso princípio, nós



temos é que lutar pela afirmação regional da nossa região, não é virmos aqui uns contra os outros". -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Jorge Figueiredo, cuja intervenção se transcreve: "Porque o meu nome foi citado, queria naturalmente prestar aqui alguns esclarecimentos.-----

--- Na última sessão da Assembleia Intermunicipal a dado passo eu fiz uma intervenção subordinada à temática "em política o que parece é", devo assumir publicamente que aquilo que disse reitero exatamente da mesma forma "em política o que parece é". -----

--- A minha intervenção está transcrita em ata, quando se faz uma leitura parcial daquilo que é dito naturalmente que eventualmente podem verificar-se algumas confusões. Nunca em caso algum coloquei em causa a existência do tribunal de Nelas, agora designado instância local de Nelas, nunca o fiz. Aquilo que contesto, ou melhor, contestei, contesto e contestarei é o processo e, fundamentalmente aquilo que contestei e vou continuar a contestar é o fato do concelho de Carregal do Sal deixar de pertencer à Comarca de Santa Comba Dão e eventualmente passar a ser agregado à comarca ou à instância local de Nelas, foi isso que eu contestei e é isso que eu continuarei a contestar."-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Rui Costa, cuja intervenção se transcreve: "Senhor Deputado Mota Faria, Senhores Deputados Intermunicipais, bem, o Senhor Deputado Mota Faria não pôs questão nenhuma em concreto para lhe responder, no entanto, terei de dizer o seguinte:-----

--- Não fui capaz de ouvir o Senhor Deputado Mota Faria a dizer com clareza que era da Região do Dão ou da Região Dão Lafões sem acrescentar Viseu. -----

--- E depois é assim Senhor Deputado, eu desgosta-me vê-lo a responder ou a intervir nesta matéria porque não foi e estou convencido e acredito na boa fé do Senhor Deputado Mota Faria, não foi o senhor que lançou a questão, não foi o senhor que lançou a divisão sobre esta matéria, eu bem o sei. Naturalmente que lhe compete, enfim, apanhar as bolas nesta báliza que é muito larga e é muito difícil, eu percebo isso, agora aquilo que lhe quero dizer, senhor Deputado, é que com certeza que não fui eu nem o Deputado Licínio Vaz que abrimos a divisão nesta matéria, nem foi nenhum Deputado de qualquer outro dos concelhos que não do Município de Viseu, nem foi político nenhum, nem habitante nenhum de qualquer um dos outros municípios que não do Município de Viseu que levantou essa questão. -----

--- Portanto, às vezes as coisas correm mal, há aqui uma clara dessintonia e já agora eu não tenho vergonha nenhuma de dizer, eu sou da Região de Lafões e é com ela que me identifico, trabalhamos em conjunto com o Dão, com muita honra nesta comunidade intermunicipal, mas

eu sou de Lafões, não sou do Dão nem sou da Região de Viseu, sou da Região de Lafões. E, portanto, senhor Deputado, às vezes temos de apanhar estas bolas, que muitas vezes são autogolos, custa mais, mas tenho a maior confiança em si e tenho o maior respeito pessoal e institucional por si e sei que o Senhor Deputado Mota Faria nunca se lembraria de levantar semelhante questão. ” -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Dr. Almeida Henriques, cuja intervenção se transcreve: “A esta hora está a decorrer no Hotel Montebelo, em Viseu, um encontro onde estão setenta empresários ou setenta e tal empresários da nossa diáspora, dos Estados Unidos, da Venezuela, da África do Sul, de várias partes do mundo e que estão exatamente neste momento a interagir com empresários de Vouzela, de Oliveira de Frades, de Tondela, de Nelas, de Viseu, da região, isto é que é importante e eu queria realçar que num momento como este em que o país está numa situação tão difícil talvez fosse melhor gastarmos as nossas energias a discutir o desenvolvimento futuro da nossa região e seguir aqui um exemplo que eu gostava de realçar que é o exemplo do Dr. Carlos Marta na forma como tem conduzido esta comunidade intermunicipal, que tem sido uma pessoa que tem colocado exatamente o intermunicipalismo acima de tudo. -----

--- E, portanto, este é que é o caminho que temos que seguir, estarmos aqui a esgrimir determinado tipo de argumentos que não nos vão levar a lado nenhum, quando, cada vez mais as regiões competem entre si. -----

--- Esta região de Viseu Dão Lafões compete com regiões de França, Alemanha, de vários cantos do mundo, se nós não soubermos valorizar os nossos produtos, o nosso vindo do Dão, os nossos produtos agrícolas, as empresas boas que felizmente temos na região e se enquanto políticos responsáveis não tivermos a capacidade para potenciar esta riqueza que se produz na região e fazer com que se produza mais, porque essa é a única maneira de fixar pessoas, não há outra, se não produzirmos mais, se não criarmos riqueza, por mais que tentemos por decreto criar emprego não o criamos, o emprego cria-se porque há riqueza que é criada. -----

--- E isto é que nos deve mobilizar a todos, que é encontrar uma boa estratégia como eu sei que a comunidade está a procurar encontrar, para podermos aproveitar ainda melhor o próximo ciclo dos fundos comunitários, uma estratégia virada para a criação de riqueza, virada para a formação das pessoas, este é que é o caminho que nós temos de percorrer em conjunto, é procurar o máximo denominador. Eu diria que somos todos beirões, isso é aquilo que é o fator identificativo entre todos e se de fato é esse o fator identificativo temos é que convergir para encontrar boas soluções e acho que a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões tem feito um bom percurso, tem sido uma comunidade exemplar do ponto de vista



nacional, não só pela forma como tem abordado as questões e da forma como executou este quadro comunitário de apoio e está a executar os fundos comunitários. -----

--- Portanto, isso é que deve ser o objetivo que nos deve mobilizar, acho que este tipo de conversas valem o que valem, obviamente que em democracia cada um é responsável por aquilo que diz, cada um deve exprimir livremente a sua opinião, mas em última análise aqueles que nos elegem acho que estão à espera é que nós ajudemos exatamente a nossa região a criar mais valor porque é a forma dos nossos filhos cá ficarem a trabalhar e os filhos de outros virem para cá também trabalhar. -----

--- Isto é que acho que nos mobiliza e o Dr. Carlos Marta tem dado aqui um bom exemplo. A quem eu dou a palavra para fazer os comentários em relação a este Período Antes da Ordem do Dia.-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: “ Um cumprimento particular para o Senhor Presidente da Mesa, agradecendo-lhe as suas palavras simpáticas, já tive a oportunidade de cumprimentar os restantes elementos da mesa e também a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Nelas e a sua equipa e agora de uma forma mais formal senhoras Deputadas e senhores Deputados intermunicipais.-----

--- Tal como faço sempre nestas assembleias, e neste Período de Antes da Ordem do Dia, procuro também dar respostas a algumas das solicitações que são colocadas, umas diretamente ao Conselho Executivo, outras, eventualmente, à Mesa da Assembleia. -----

--- No que diz respeito ao Conselho Executivo não queria deixar de o fazer de uma forma individual sabendo também que alguma delas são perguntas gerais, tendo sido feitas por diferentes Deputados. -----

--- Em primeiro lugar dar conta que em relação ao pré-agendamento e ao senhor Deputado António Figueiredo é uma matéria que diz respeito à Assembleia Intermunicipal, embora saiba que não é fácil no início do ano programar com tempo as assembleias e as datas das assembleias, de qualquer forma é uma decisão que compete naturalmente à Mesa. -----

--- Depois em relação à questão da alteração do nome da CIM Dão Lafões e para ser muito claro e muito objetivo, eu represento os catorze municípios e, portanto, tenho de ter total respeito pessoal e institucional pelas posições e pelas diferentes opiniões de cada um dos municípios.-----

--- Nesta matéria queria dizer que neste momento a comunidade intermunicipal ainda se chama Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões, ainda não foi publicada nenhuma alteração a este nome.-----

--- O que vos posso dizer, sobre esta matéria, é apenas e só que este processo da designação e da configuração dos novos territórios teve a ver com uma imposição de Bruxelas, da Comissão Europeia, em conjunto com uma Lei do Governo Nacional que obrigou a que as CIM's tivessem que ser constituídas por um mínimo de cinco municípios e 90 mil pessoas.-----

--- Isto originou no conjunto das CIM's, sob a liderança da CCDR Centro, um diálogo no sentido de configurar e agrupar um conjunto de municípios eventualmente nas mesmas CIM's ou em CIM's diferentes.-----

--- Nós fizemos essa discussão no âmbito da Conselho Executivo e recebemos um mandato dos catorze presidentes dos municípios para, no âmbito dessas reuniões, procurar que, por exemplo, Mortágua regressasse à CIM Dão Lafões, Tábua ingressasse na CIM Dão Lafões, porque já o tinha manifestado num determinado momento e depois também houve a possibilidade de ingressarem Seia, Gouveia e Fornos de Algodres, porque, como também sabem, já pertenceram à Grande Área Metropolitana de Viseu.-----

--- Tive esse mandato, fiz os respetivos convites oficiais a essas câmaras, mas elas entenderam por bem participar noutras CIM's, o que significa que o nosso território, e do meu ponto de vista ainda bem, que se manteve coeso com o conjunto dos catorze municípios.-----

--- Isso não aconteceu noutras comunidades intermunicipais como a de Leiria, quer, sobretudo, na de Coimbra, em que houve alterações de nomes. Isto é para vos dizer que de fato nós mantivemos a nossa, os nossos catorze municípios e a discussão da designação nunca foi feita nessas reuniões nem no âmbito do respetivo Conselho Executivo.-----

--- Era um problema que não foi colocado por ninguém e, portanto, como mantivemos exatamente a mesma coesão territorial essa foi uma matéria que nenhum membro do Conselho Executivo, ou seja, nenhum Presidente de Câmara ou nenhum representante dos senhores Presidentes de Câmara, alguma vez colocou. Portanto, esse problema não se colocou no momento em que foi configurada a Comunidade Intermunicipal da Região Dão Lafões.-----

--- Fomos, como devem imaginar e penso que também os Senhores Deputados e Deputadas, surpreendidos, com uma decisão legítima e de direito da Câmara Municipal de Viseu através do seu Presidente que decidiu numa reunião de câmara aprovar uma proposta que levou depois à Assembleia Municipal de Viseu, a propor a alteração do nome da Comunidade intermunicipal da Região Dão Lafões para Comunidade Intermunicipal da Região de Viseu e aos mesmo tempo a mudança da respetiva sede de Tondela para Viseu.-----

--- Eu acho que é uma decisão legítima e natural como poderia ser do Presidente de Tondela, de Nelas ou de Oliveira de Frades que no âmbito das suas competências, no âmbito da autonomia de cada município a fazer essas mesmas propostas.-----



---Queria dar conta que também fomos contactados pela Comissão do Poder Local da Assembleia da República, nesse sentido, e aquilo que dissemos é que não poderíamos alterar nome nenhum ou tomar qualquer decisão dessa natureza sem uma discussão profunda, aberta na respetiva Comunidade Intermunicipal. -----

---O que fizemos foi uma coisa muito simples convocámos uma reunião extraordinária para debater este assunto e nessa reunião extraordinária a proposta que foi apresentada pelo Município de Viseu foi rejeitada por treze votos contra e um voto a favor, da Câmara Municipal de Viseu, quer quanto ao nome proposto quer quanto à mudança da respetiva sede. -----

--- A Dra. Isaura Pedro esteve presente nessa reunião, como todos os outros presidentes, com a exceção do Presidente da Câmara da Viseu. Foi uma discussão aberta, franca sobre esta matéria em que cada um de nós individualmente, na defesa dos seus municípios, procurou defender os seus pontos de vista em relação a esta matéria.-----

---Queria também dar-vos nota de que, e é bom que também tenham conhecimento disso porque de fato muitas vezes por falta de informação, por falta de conhecimento ou eventualmente, até, por distração, diria eu, gostaria de vos dizer de que no âmbito da comunidade intermunicipal, mais concretamente no âmbito de um projeto que aprovámos em devido tempo e que se chama Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, nós tínhamos um projeto individual a que chamámos a marca Dão Lafões e nessa altura quando este projeto foi discutido no âmbito da CIM as pessoas e as empresas que estudaram o seu modelo de desenvolvimento e o estudo da própria marca, propuseram-nos que a difusão da marca da nossa região, fosse Viseu Dão Lafões. -----

--- Isto é, aquilo que nos propuseram foi isso. E é bom aqui dizer que eu próprio tive o cuidado de levar esta proposta ao Conselho Executivo, não foi fácil, como aliás se viu aqui hoje, aprovar essa proposta mas com ponderação, com um grande diálogo e sobretudo, também é bom dizer, que era a minha posição pessoal na qual eu também defendia a marca Viseu Dão Lafões, por isso é que a aprovámos nessa altura. -----

--- Portanto, tudo o que temos feito até hoje do ponto de vista de promoção interna e de promoção externa, ainda recentemente, muito antes desta polémica, tivemos na BTL, o que aparece e o que aparecia era sempre Viseu Dão Lafões e nesse sentido e procurando ser conciliador nesta matéria o que fizemos foi, depois de acabado este ponto nessa reunião extraordinária e com a concordância de todos, dos catorze e porque estávamos numa reunião extraordinária, bastava uma pessoa ou um Presidente não querer discutir um segundo ponto, apresentar uma segunda proposta para que a comunidade intermunicipal se passasse a

designar Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, a qual foi aprovada por unanimidade pelos catorze presidentes de câmara que estavam presentes nessa reunião.-----

--- Foi comunicada, a alteração de designação, à Comissão de Poder Local da Assembleia da República que, tanto quanto sei, já a aprovou e logo que seja publicada será, a partir daí, a denominação oficial da Comunidade.-----

--- Portanto, é este o esclarecimento que eu acho que se impõe nesta altura para que todos e todas pudessem conhecer, em pormenor, o desenvolvimento desta matéria.-----

--- Depois dar conta, ao Deputado Mário Pereira que nos falou na estratégia para os fundos comunitários. Nós ainda não sabemos muito sobre isto, de qualquer forma também por mandato do Conselho Executivo estamos a trabalhar com uma equipa que vai procurar aproveitar em primeiro lugar aquilo que já fizemos neste domínio, porque o estudo de enquadramento estratégico, que foi o motor deste quadro comunitário de apoio, tem muitos elementos, muita documentação, muitas propostas, muitas ideias que têm de continuar a ser aproveitadas e esse será o primeiro passo.-----

--- Depois deveremos preparar um plano de ação que vá ao encontro da nova estratégia europeia do ponto de vista dos fundos comunitários e é bom dizer, já hoje, que vai ser completamente diferente daquilo que fizemos nos últimos anos.-----

--- Julgo que o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal, o Dr. Almeida Henriques, terá seguramente muito mais informação e muito mais capacidade e competência neste domínio para falar sobre isso, mas aquilo que nos chega, do ponto de vista do Conselho Executivo, é que tudo aquilo que iremos fazer ou que poderá vir a ser apoiado no próximo quadro comunitário de apoio será completamente diferente daquilo que se fez nos últimos anos por imposição não dos governos nacionais mas sobretudo por imposição do "governo europeu".-----

--- No que diz respeito às parcerias, aos consórcios, sejam eles de que matéria for, seja ao nível dos transportes, sejam das telecomunicações, seja eventualmente da energia, seguramente que se a comunidade intermunicipal e o seu Conselho Executivo, seguramente que farão tudo o que estiver ao seu alcance para criar sinergias e rentabilizar os recursos existentes e colocá-los aos serviços das nossas populações.-----

--- Eu quero dizer que por exemplo na área da modernização administrativa que é um dos projetos que estamos a desenvolver, na área das telecomunicações já o estamos a fazer, num grande diálogo com os municípios, mas não o estamos a fazer, por exemplo, na energia elétrica, também porque é muito difícil, e é muito difícil porque como sabem as receitas não vêm diretamente para a CIM, vêm individual e diretamente para cada um dos municípios e,



apesar de haver interesse em fazer essa gestão, não é fácil gerir uma matéria com esta dimensão. -----

--- No que diz respeito aos transportes públicos concordo e é um problema gravíssimo do nosso território e se viermos a receber essas competências, julgo que a CIM não terá receio de assumir essa responsabilidade. -----

--- O Deputado Mário Pereira disse ainda muitas coisas com as quais eu estou de acordo, embora saibamos que não temos as mesmas opções ideológicas, mas a reflexão que fez é uma reflexão importante e naquela que me pareceu a mais significativa, porque nós os que estamos aqui, estamos também nas câmaras municipais, estamos na comunidade e os meus caros amigos e amigas estão nas assembleias municipais e, portanto, são políticos quer queiramos quer não. -----

--- Mas permitam-me dizer que ainda ontem estive presente na sessão do vinte cinco de abril em Sernancelhe, onde eu vi muita gente da sociedade civil, muita gente importante da sociedade civil que felizmente ou infelizmente também nunca teve responsabilidades de gestão política e por isso não pode ser, objetivamente, criticada, mas chega de ouvir pessoas da sociedade civil e instituições que todos os dias ao longo destes últimos anos criticam os políticos, mas que reivindicaram coisas para as suas instituições mas que agora são os primeiros a dizer que os políticos erraram, que os políticos fizeram mal em dar essas coisas a essas instituições, esses direitos, esses deveres e, portanto, nós temos de ter todos cuidado na imagem, na forma como falamos também para o exterior. -----

--- Nós somos políticos, homens e mulheres, que recebemos um mandato das nossas populações, estamos em democracia e chega de ouvir gente que nunca dá a cara, gente que não se sujeita a eleições, porque são os principais a reivindicarem, sistematicamente, a criticarem os homens e as mulheres que têm coragem de serem políticos em Portugal. -----

--- O vinte cinco de abril trouxe-nos uma coisa muito importante e muito decisiva que foi o podermos escolher, livremente e secretamente votar, isto é um direito que é de fato fantástico e que, do meu ponto de vista, é dos maiores direitos que o vinte cinco de abril nos deu. Portanto, não podemos dizer às pessoas, aos homens e mulheres deste país, de Nelas ou Vouzela, de que são burros quando votam neste ou naquele político, as pessoas têm em cada eleição a oportunidade de escolher homens e mulheres e, portanto, é bom que tenhamos esta noção. -----

--- Depois o Sr. Deputado José António Pereira falou aqui nas questões que são questões também regionais, e que têm a ver com os tribunais, mas voltou a esta questão que para mim é muito importante, os mais sérios, os mais capazes e os mais competentes, é uma matéria

que todos nós ouvimos todos os dias. Eu acho que nós somos os mais sérios, os mais competentes e os mais capazes por isso é que as pessoas votaram em nós. -----

--- Quem não se apresenta a eleições, quem não tem muitas vezes coragem de se apresentar a eleições, porque é também bom dizer que muitos daqueles que não são políticos em cada um dos nossos concelhos, aqueles que não estão nas juntas de freguesia, nas assembleias de freguesia, nas assembleias municipais, ou na Assembleia da República, criticam-nos a todos e dizem que não são políticos, mas quando lá chega um partido político e os convida para alguma coisa são os primeiros a aceitarem. -----

--- Os senhores sabem isto, sabem isto tão bem como eu, não são políticos mas quando alguém os convida vão logo a correr para terem a possibilidade de ter intervenção, e bem, cívica e política e, portanto, permitam-me dizer os mais competentes, os mais capazes e os mais sérios são aqueles que são votados pelo povo, porque é a democracia a funcionar. -----

--- Depois diversos Deputados referiram que terminamos hoje a volta aos municípios e permitam-me dizer que acho que foi uma iniciativa excelente, já tive o cuidado de a elogiar antes do Dr. Almeida Henriques chegar, uma boa proposta do Dr. Almeida Henriques no início destas assembleias intermunicipais e, portanto, que deve do meu ponto de vista deve ser replicada noutros setores e noutras áreas, mas que permitiu uma coisa fantástica, que é conhecermos cada um de nós que vive o seu problema, a sua terra e o seu território, ter a oportunidade de conhecer concelhos tão distintos como os catorze que nós temos no nosso território e encontrarmos coisas fantásticas, bem feitas de promoção, de desenvolvimento, de progresso e isto, permita-me dizer, é fruto do trabalho, da competência, do dinamismo de homens e mulheres que nas listas dos diferentes partidos trabalharam em prol das populações e se há melhor exemplo do vinte cinco de abril é exatamente o exemplo do poder local, daquilo que nós todos fomos capazes de fazer, nós os que estamos aqui hoje, mas aqueles que também estiveram, no passado longínquo e no passado recente. -----

--- Portanto, que fique claro, esta oportunidade de estarmos nos catorze municípios permitiu naturalmente conhecer coisas fantásticas que se fazem e que significam de fato o trabalho e a competência de muitos homens e de muitas mulheres. -----

--- Depois o Deputado Manuel Oliva, que naturalmente levantou questões em relação a esses estudos, que são efetuados a vários níveis, é bom ter cuidado com os prémios porque depois vão-se ver o que são esses prémios e de que forma é que são atribuídos. No caso dos estudos, é preciso ter muito cuidado, eu acho que o estudo não me parece um estudo rigoroso, com toda a franqueza, independentemente do concelho A, do concelho B, não me parece um estudo rigoroso e, portanto, acho que muitas vezes nós também devíamos ter cuidado, as

nossas universidades, os nossos académicos deviam ter cuidado com o que dizem e com o que colocam no exterior, porque depende de muitos fatores e eu não acredito, com toda a franqueza, porque conheço bem o concelho do Sátão, não acredito que o concelho do Sátão seja dos concelhos menos desenvolvidos do País, até porque tem uma proximidade fantástica com Viseu e, portanto, acho que não faz sentido dizer uma coisa dessas e eu só por isso ponho em causa o respetivo estudo. -----

--- Depois a questão do investimento do IKEA, e aí sim, é uma questão importante e significativa, mas é bom dizer que ele não ficou na nossa região, o investimento foi para Ílhavo, foi porque, já existia uma fábrica. -----

--- Como sabem essa fábrica vai produzir sobretudo para o IKEA, o IKEA exportação e, Ílhavo tem o porto de mar, e essa foi a razão fundamental e principal para que ele não ficasse eventualmente ou em Viseu ou eventualmente no Sátão. -----

--- Tive a oportunidade de falar com o Presidente da Câmara de Ílhavo, até porque vou-lhe dizer uma coisa, nós também nos candidatámos, a minha câmara também se candidatou e, sei bem as razões porque é que o investimento foi para aquela zona. -----

--- Depois o Deputado Fernando Dias, e bem, e por isso eu já falei sobre isto, falou na questão do vinte cinco de abril que, repito, o vinte cinco de abril, o poder local fez coisas verdadeiramente extraordinárias e deixem-vos dizer, deixem-vos dizer, se tiverem o cuidado de reparar, onde houve estabilidade governativa nos municípios então o desenvolvimento ainda foi maior, do ponto de vista do desenvolvimento e até do controlo das respetivas contas, é bom aqui dizer, porque se repararem, os tais Presidentes de Câmara que estão há vinte e quatro anos, que muitas vezes as pessoas acusam, têm as suas câmaras de uma forma geral ou quase noventa por cento totalmente equilibradas financeiramente e numa situação extremamente privilegiada, o que prova que às vezes a estabilidade e a segurança permitem mais progresso, mais desenvolvimento e mais equilíbrio económico. -----

--- Eu estou à vontade porque só estive doze anos e, portanto, estou à vontade em relação a essa matéria. -----

--- Depois o Deputado Jorge Abreu deixou-nos aqui um repto muito importante em relação ao futuro QREN, é bom dizer aqui que no caso na área da saúde nós não temos competências, até agora não tivemos competências na área da saúde, nem sequer conversa sobre isso, na área da educação tivemos algumas competências e as competências foi o apoio significativo à construção dos respetivos centros escolares e aí tivemos uma intervenção muito direta e muito objetiva com as câmaras municipais e foram disponibilizados para a região um conjunto muito significativo de investimentos do QREN e com resultados. -----

--- Depois o Deputado Licínio Vaz falou aqui sobre uma coisa que me preocupa muito e que foram as intempéries que tivemos durante três ou quatro meses e que deram cabo das nossas estradas todas. -----

--- Uma das matérias que nós queríamos ver incluída no novo QREN, do ponto de vista dos investimentos era exatamente isso, falámos sobre requalificação das estradas e também sobre a requalificação urbana e eu vejo isto com muita preocupação porque não vejo as câmaras municipais em condições de, sem fundos estruturais, poderem requalificar essas estradas, sendo que isso é para mim uma preocupação que deixo aqui hoje, para os futuros autarcas.----

--- Depois o Deputado Manuel Teodósio trouxe a questão das designações e em relação à questão da designação, dizer apenas que Aveiro já tinha, já era Aveiro, já era Região de Aveiro, no caso de Coimbra só mudou o nome porque como sabem o Baixo Mondego passou de catorze para vinte e um concelhos, o que fez uma região completamente esquisita e, portanto, essa discussão foi feita internamente. -----

--- Já em Leiria, de uma forma que nós não compreendemos, Ourém saiu, quando não fazia nenhum sentido sair da CIM de Leiria e, portanto, eles decidiram mudaram o nome. É bom que também fique isto claro que é para não haver dúvidas, houve diversas alterações de concelhos nestas duas regiões. -----

--- E em relação ao nome do centro hospitalar também queria dizer, apesar de ser uma questão que me toca do ponto de vista institucional, dizer que nós não tivemos nada a ver com a questão do nome, julgo que nem a Câmara de Viseu nem a Câmara de Tondela teve nada a ver com o nome. O nome apareceu em Diário da República por alguém como deverá ter feito para o de Leiria Pombal, e assim sucessivamente. -----

--- Não houve nenhuma interferência nesta matéria. Mas já agora só por uma pequena correção, porque eu não quero deixar de dizer que o centro hospitalar chama-se «Centro Hospitalar Tondela-Viseu, EPE Viseu», que fique claro sobre esta matéria que a sede é em Viseu. -----

--- Depois o Deputado Rui Costa, trouxe aqui uma coisa que eu acho importante que é a proposta de Lei sobre as comunidades e a eventual extinção destas assembleias. -----

--- Nós tivemos em desacordo, claramente, em relação à primeira versão ou à segunda ou à terceira versão da nova lei das comunidades intermunicipais, com a nossa ajuda ainda conseguimos fazer algumas alterações e, é bom dizer, acompanhámos também as decisões, neste âmbito, da Associação Nacional de Municípios que esteve contra, desde a primeira hora em relação a esta legislação. -----



--- Mas a maior dificuldade que tivemos em explicar aos governantes e na Assembleia da República é o fato de a nossa CIM ser de fato um caso diferente de todas as outras, é que a informação que me deram é que nada funcionava nas outras, as assembleias intermunicipais não funcionavam, e eu disse *“não, peço desculpa, mas nós estamos a cumprir rigorosamente a lei e funcionam e funcionam bem, há uma grande participação das pessoas dos diferentes municípios”*, e eu não consegui, não conseguimos passar a ideia de que aqui estávamos a fazer as coisas corretamente, cumprindo prazos, cumprindo legislação, cumprindo o regulamento e a lei que nos estabelece estas questões todas e, muito do que aconteceu teve a ver com o fato de um pouco por todo o país a maior parte das assembleias intermunicipais não se realizarem.

--- Mas mais, diziam-me que não se realizavam as assembleias intermunicipais, que eu acho uma coisa estranhíssima não se cumprir a lei. E não concordei e, também não concordo com esta versão final, está melhor, mas não concordo com esta versão e acho que esta Assembleia Intermunicipal deveria continuar, é a minha opinião pessoal e política. -----

--- Agora o que sei também é que vão passar muitas competências, o Dr. Almeida Henriques, permita-me tratá-lo assim, saberá melhor do que eu isto, mas dizem-me que foi uma imposição da Troika, é bom aqui dizer, que foi uma imposição da Troika, se é ou não, não sei, mas que vão passar muitas competências neste domínio **para** a CIM's que eventualmente não poderiam ser feitas para as câmaras municipais. -----

--- Esta é a nota que queria aqui naturalmente deixar e ficaria naturalmente à vossa disposição para as questões que entendam colocar. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, cuja intervenção se transcreve: *“Esgotámos este Período Antes da Ordem do Dia, só já que estamos em maré de esclarecimento, eu não sabia que tinha sido colocada aqui a questão do IKEA.* -----

--- É preciso reparar que quando temos estes processos e eu conduzi esse processo como conduzi outros, quando se concorre concorre-se com outros países, Portugal estava a concorrer com seis países que foram pré-selecionados e quando chegámos à fase de Portugal, tínhamos duas localizações possíveis, uma numa empresa de Leiria, uma numa empresa daqui de Viseu que é proprietária da Vista Alegre e a competitividade, isto é, a avaliação do investimento ser ou não competitivo teve muito a ver com a proximidade à Vista Alegre, onde é fácil perceber que há um conjunto de, enfim, de sinergias que são aproveitadas pela proximidade à fábrica, para além da marca. -----

--- E, portanto, mais do que ninguém eu estaria interessado em que essa empresa tivesse vindo aqui para a nossa região, mas há situações em que não vale a pena estar a criticar, o Presidente da Câmara fez tudo o que era possível fazer, só que há situações de avaliação

internacional, esta fábrica vai trabalhar exclusivamente para o IKEA e noventa por cento daquilo que vai produzir é para exportação. -----

--- Portanto, todas as condições são definidas à partida pela entidade que abre o concurso internacional, é como se fosse um concurso público feito à escala internacional do IKEA e, foi excelente que Portugal tivesse ganho esse concurso internacional. Agora, foi pena que não tivéssemos aqui a possibilidade de instalar uma fábrica, mas as condições que existiam não permitiam, portanto, não houve aqui, como disse o Dr. Carlos Marta, várias câmaras se mexeram aqui na região para poder ficar com este investimento, eu até reuni com algumas mas não havia condições objetivas para que esse investimento ficasse na região, só podia ficar em duas localizações ou em Ílhavo ou junto a Leiria, mais concretamente junto à Batalha.-----

--- Em relação às competências, obviamente que as competências das comunidades intermunicipais também tem muito a ver com a dimensão, há competências que só podem ser passadas se efetivamente houver uma dimensão mínima e daí também a legislação ter apontado para os noventa mil habitantes e cinco municípios, para que tenha a dimensão mínima, não só na perspetiva de alguma transferência de competências do poder central mas também aos vários municípios que integram estas comunidades intermunicipais utilizarem as CIM's como centros de serviços partilhados que diminuem também os custos dos municípios, o que é fácil de verificar, na nossa CIM haverá com certeza uma série de áreas onde se podem aproveitar sinergias com diminuição global dos custos no momento em que os orçamentos serão seguramente mais parcos e com problemas para resolver como aquele que o Dr. Carlos Marta referiu das autarquias muitas vezes não terem os meios necessários para no fundo manter em bom estado as infraestruturas que têm, designadamente as infraestruturas rodoviárias.-----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção no período antes da ordem do dia deu o mesmo por encerrado.-----

--- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da ata da reunião anterior – O Senhor Presidente informou os presentes que por sugestão da Senhora Secretária da Mesa, aquando da revisão da ata, verificou que em face de se ter utilizado a metodologia de transcrição literal das intervenções proferidas, propôs que cada um dos senhores Deputados tivesse o cuidado de pelo menos corrigir a sua parte das intervenções, colaborando na correção da construção frásica da ata e que no futuro quando recebessem a ata olhassem para as suas intervenções e se entenderem que vale a pena, sem tirarem o sentido ao que está escrito, alterar as vírgulas e algumas questões de português, porque muitas vezes as intervenções orais e escritas não se combinam da melhor forma. -----



--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Jorge Figueiredo, cuja intervenção se transcreve: “Queria começar por prestar a minha homenagem a quem lavrou a ata porque é uma tarefa hercúlea, todos nós sabemos, mas aquilo que resultou é efetivamente condizendo com aquilo que aconteceu na assembleia.-----

--- Queria aqui fazer apenas uma pequena retificação página vinte e quatro, na segunda linha a dado passo diz-se “muito pode acontecer e é a retificação” e aquilo que deveria estar escrito é ratificação e na linha imediatamente a seguir onde aparece “assembleia intermunicipal” aquilo que deveria estar escrito é assembleia municipal, percebe-se claramente, se ler a ata percebe-se que houve dois lapsos.” -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: “Eu não respondi a uma questão do Senhor Deputado António Jorge Figueiredo e que eu acho que tem toda a razão, que é a questão da publicitação das atas, que eu só agora dei conta, das atas do Conselho Executivo e da Assembleia Intermunicipal, e iremos proceder em conformidade”.-----

--- Acertado o procedimento e em face da ausência de inscrições, o senhor Presidente colocou a mesma a votação tendo sido aprovada por maioria, com três abstenções.-----

--- Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** – ~~Informações~~ – Foi dada a palavra ao Dr. Carlos Marta, Presidente do Conselho Executivo da CIM Dão Lafões, cuja intervenção se transcreve: “Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, as informações que temos para dar nesta sessão da Assembleia Intermunicipal estão claramente contidas no relatório de gestão e na informação escrita que vos fizemos chegar, julgo que tal como fazemos também no Conselho Executivo, fizemos chegar a cada um de vós uma descrição muito particular, muito individual do trabalho que temos vindo a fazer, dos diferentes projetos, julgo que está suficientemente clara para que todos se possam avaliar e por isso escuso estar a repetir aquilo que já está naturalmente escrito e ficaria apenas e só à vossa disposição. -----

--- O Senhor Presidente da Mesa tendo verificado que não existia mais nenhum pedido de intervenção deu o mesmo por encerrado, tendo passado de imediato ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de dois mil e doze, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro da Lei quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de agosto e na alínea d) do número um do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIM - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho e cuja intervenção se transcreve: “Muito boa tarde a

todos, cumprimentava toda a assembleia, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, e vou tentar fazer uma apresentação muito breve. -----

--- Como já tem sido timbre nas últimas assembleias, já há algum tempo que disponibilizamos no site da comunidade todos os documentos relacionados com a prestação de contas, nomeadamente todos os mapas financeiros e também o relatório de gestão para que, de uma forma clara, possam de fato tirar as conclusões e ter uma análise circunstanciada da situação económica, financeira e orçamental da comunidade intermunicipal. -----

--- Relativamente às atividades desenvolvidas e uma das grandes opções do plano, que aprovámos está relacionada com organização e gestão interna da CIM. Como tal, continuámos o percurso que temos vindo a fazer, desde a criação da comunidade intermunicipal; com o objetivo de entrarmos, passo a expressão, na sociedade civil, nos municípios, sendo que damos a conhecer, muito do que fazemos, através do online. -----

--- Fazemos a nossa gestão de website, temos uma página adicional nas redes sociais, fazemos ações de divulgação na comunicação social de todas as atividades que vamos desenvolvendo e fazemos a distribuição da nossa newsletter, do nosso boletim informativo, que também é disponibilizado aos Deputados, quer em formato papel quer em formato eletrónico. -----

--- Ao nível da gestão interna, cumprimos a lei, realizamos todos os meses um Conselho Executivo, realizámos três assembleias intermunicipais dentro do critério de rotatividade e também durante o ano procedeu-se à aquisição de mais imobilizado, equipamento administrativo, informático e software para a comunidade intermunicipal também para, no fundo suprir algumas lacunas, em função do crescimento que a comunidade intermunicipal tem vindo a ter. -----

--- No plano da cooperação intermunicipal e da capacidade competitiva dar conta de um bom exemplo de delegação de competências, a delegação de competências da gestão de uma infraestrutura tão importante como é a Ecopista do Dão. -----

--- A Comunidade Intermunicipal, por delegação dos três municípios Tondela, Viseu e Santa Comba Dão, está a gerir o equipamento e tudo o que tem a ver com a promoção, com a divulgação e com a manutenção desta infraestrutura. -----

--- Dar nota que não nos temos limitado a isso, a comunidade intermunicipal tem feito uma divulgação desta infraestrutura, temos participação ativa no consórcio europeus tendo sido chamados a alguns fóruns para dar a nossa experiência de gestão, quer a nível nacional quer a nível europeu. -----

--- Durante o ano de dois mil e doze apresentamos a Ecopista do Dão e a nossa experiência de gestão em Almada, em Cabeço de Vide, em Viana do Castelo. Em termos de projetos europeus



também temos tido a oportunidade de dar mostras da nossa experiência, aproveitando para aprender com aqueles que têm mais experiência do que nós nestas matérias. -----

--- Dar conta ainda que estamos em dois projetos internacionais, um que terminou agora, que é o Greenways Four Tour e um novo projeto gerido diretamente pela Comissão Europeia, o Greenways Product. -----

--- Aproveitar o ensejo para vos dizer que este ano, mais concretamente a doze de setembro a cidade de Viseu e a nossa região vão receber a sexta edição dos Prémios Europeus de Vias Verdes. -----

--- Dar conta também que relativamente a este trabalho de cooperação intermunicipal, o nosso projeto de formação e de capacitação dos colaboradores dos municípios durante o ano transato concluímos o projeto que estava amarrado ao projeto de modernização administrativa. -----

--- Dar conta dos grandes números deste projeto de formação que teve uma taxa de execução na ordem dos noventa e oito por cento, de execução física e financeira, mil e cem formandos, setenta e duas ações de formação realizadas, vinte e três mil e oitocentas horas de volume de formação e o fato desta formação ser na comunidade intermunicipal permitiu, de fato, a troca de experiências entre os colaboradores dos municípios e que em muitos casos já originou a criação de fóruns de discussão na internet onde os técnicos dos municípios conversam e trocam dúvidas relativamente a algumas temáticas. -----

--- Relativamente ao projeto de modernização administrativa que tem este nome Um Modelo Catorze Municípios, devo realçar o fato de termos conseguido ter uma estratégia supramunicipal na temática da modernização administrativa, um único modelo aplicado aos 14 municípios, um projeto que envolveu montantes financeiros na ordem dos três vírgula cinco milhões de euros, com uma comparticipação FEDER de oitenta e cinco por cento. -----

--- Este projeto foi concluído já em fevereiro deste ano pelos quinze executores FEDER e também com uma taxa de execução na ordem dos noventa e oito por cento. -----

--- Dar conta aqui que a comunidade intermunicipal em conjunto com os catorze municípios apresentou uma nova candidatura na área da modernização administrativa, até porque este é um caminho que se faz caminhando. -----

--- Já fizemos um conjunto de coisas importantes neste primeiro projeto, pelo que neste segundo projeto o nosso objetivo é a maximização do balcão único, sendo que o primeiro projeto assentava muito na área do urbanismo. -----

--- Também estamos a desenvolver o trabalho iniciado com o primeiro projeto e que permitiu capacitar os municípios de tecnologia no âmbito dos SIG's, sistema de informação geográfico,

e neste momento com o know-how que está instalado nos municípios, nos técnicos, fruto também da formação, estão criadas equipas de trabalho envolvendo técnicos dos municípios em que estamos a trabalhar num sistema de informação geográfico à escala supramunicipal. --

--- Outro projeto que de fato foi um projeto que teve um grande impulso durante o ano de dois mil e doze que foi o projeto de empreendedorismo de base local. Fomos desafiados pela Comissão de Coordenação e pelo IAPMEI, em dois mil e onze, para que a CIM assumisse a liderança e a governança do empreendedorismo no território, foi um desafio que aceitámos com um grande sentido de responsabilidade e de fato temos feito um trabalho muito importante na nossa região. -----

--- No ano passado terminámos o diagnóstico e o plano de ação da promoção do empreendedorismo; fizemos a apresentação pública desse compromisso num evento que realizámos na cidade de Viseu. -----

--- Estamos a trabalhar com todas as entidades da nossa região, agrupamentos de escolas, associações empresariais, sistema científico e tecnológico, empresas e temos hoje um plano de ação que está sufragado e assinado por vinte entidades. -----

--- Desse plano de ação há um projeto âncora, um projeto emblemático, que tem a ver com o projeto Escolas Empreendedoras da CIM Dão Lafões. Entendemos que é na escola e ao nível da formação para o empreendedorismo que tudo também deve começar. -----

--- Iniciámos um projeto no passado ano letivo que envolveu trinta e oito escolas, envolveu oitenta e nove professores, tivemos em disputa no ensino secundário e no ensino profissional cento e vinte ideias de negócio, houve catorze finais municipais, uma em cada um dos municípios e depois tivemos uma final intermunicipal na Aula Magna do Instituto Politécnico de Viseu, completamente cheia, uma grande festa de pais, alunos, de professores, de várias entidades também da região, com o concurso intermunicipal. -----

--- Dar nota que é um dado importante, a ideia vencedora a nível regional foi a ideia que ganhou a nível nacional o concurso INOVA. -----

--- Mas também estamos a trabalhar no quinto e sexto ano, no ensino básico e que também tivemos um momento muito importante que foi a feira de empreendedorismo júnior que se realizou no Parque Aquilino Ribeiro. Portanto, a educação, a formação para o empreendedorismo são a base onde tudo deve assentar. -----

--- Continuamos a desenvolver este projeto, sendo que estamos agora curiosamente a entrar na sua fase final, com as finais municipais e a final intermunicipal e os números deste ano letivo são: cento e vinte e quatro professores, dois mil e duzentos alunos. Quarenta e quatro escolas, e atingimos também, este ano, o terceiro ciclo. -----



--- O nosso objetivo aqui é tornar os jovens mais criativos, mais inovadores, mais audazes e há aqui também um indicador importante que é a criação em muitas escolas da nossa região dos clubes de empreendedorismo.-----

--- Dar nota aqui que este projeto de empreendedorismo tem muito a ver, também, com um serviço chave na mão, com um trabalho em rede das várias entidades. De uma forma muito breve, nós temos neste momento um micro site que é o *empreendedaolafoes.pt* e que pode ser visto por cada um dos senhores Deputados e em que consiste esse trabalho em rede.-----

--- Temos as portas de entrada que são municípios ou podem ser outras entidades que fazem parte da rede onde as pessoas, em cada um dos seus municípios, se podem dirigir para tirar informações na área do empreendedorismo e depois trabalham em rede com um conjunto de atores no território, onde está a comunidade intermunicipal, como parceiro nuclear, as entidades de sistema científico e tecnológico e está a Associação Empresarial de Viseu que está em condições de prestar um serviço especializado, na estruturação de um plano de negócios, na procura das melhores fontes de financiamento para o projeto e, a mais-valia que há nesta rede é que antes o potencial empreendedor teria de “bater a várias portas”, hoje basta bater a uma e fica logo ligado em rede e a partir daí tem um serviço especializado por parte destas entidades.-----

--- Cada um destes técnicos que fazem parte das portas de entrada e dos agentes de suporte foram capacitados com ações de capacitação em como estruturar um plano de negócios, sobre mitigação dos riscos e, portanto, estão capacitados para prestar este apoio.-----

--- Foi esta rede regional que permitiu, no âmbito do programa VALORIZAR, fazer um trabalho em rede com as associações de desenvolvimento local no sentido de dar ajuda aos promotores que queriam fazer as suas candidaturas no âmbito deste programa.-----

--- Dar nota também aqui de um sinal importante, já foi anunciado, que é a criação do *Club Business Angels* na nossa região.-----

--- Um outro projeto que já vem sendo desenvolvido há algum tempo, um projeto no âmbito da eficiência energética onde estão os municípios de Viseu, Tondela e Mangualde, e em que estamos a entrar na reta final do mesmo e que vai ter a apresentação pública durante o mês de maio nas três cidades.-----

--- Houve aqui uma necessidade de fazer uma reprogramação do projeto, para se concluir em julho, sendo que essa reprogramação teve como origem a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso que originou aqui alguns atrasos na execução do mesmo.-----

--- Um projeto que o Dr. Carlos Marta falou há pouco, a Rede Urbana de Competitividade e Inovação, o projeto foi candidatado já há algum tempo, sendo que foi aprovado o seu plano



estratégico que envolveu um conjunto de parceiros da nossa região e que também sofreu aqui algum atraso na sua aprovação, fruto do processo de reprogramação estratégica do QREN.-----

--- Neste momento há um conjunto de projetos que já foi aprovado existindo até contratos assinados. Há poucos dias estivemos em Mangualde para a assinatura desse contrato, Viseu também já tem o seu projeto aprovado, São Pedro do Sul através da Termalístur também já tem o contrato aprovado e os projetos da CIM, que são a marca Viseu Dão Lafões, de que falou há pouco o Dr. Carlos Marta, e a gestão da rede que também está a ser desenvolvida pela CIM.

--- Dentro da marca Viseu Dão Lafões como foi referido há pouco estivemos presentes na Bolsa de Turismo de Lisboa, integrando a estrutura do Turismo Centro Portugal, onde tivemos a oportunidade de associar os vários municípios da nossa região num dia de degustação gastronómica e também de animação de um conjunto de atividades da nossa região e onde foi apresentado o nosso projeto da marca. -----

--- Tivemos um evento muito importante na nossa região, na cidade de Viseu, o Prove Dão Lafões, junto à Sé de Viseu, um evento que atraiu muita gente à cidade, oriundos de várias zonas do nosso país, e que foi fundamentalmente um momento de negócio de muitos produtores locais, tivemos um Mercado Gourmet com muitos expositores e também tivemos restaurantes. Portanto, foi um momento também de afirmação do território, de afirmação da região e de afirmação dos nossos produtos locais. -----

--- Retomou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: “Deixem-me só dar uma nota em relação a este processo porque ele foi motivo de muita controvérsia e de muita, dizem, discussão nas redes sociais, porque seguramente não o vão ver este ano e eventualmente poderão fazer suposições. É bom dizer que ele estava programado ocorrer nos anos de dois mil e doze e dois mil e catorze, que fique registado, foi essa a programação feita em devido tempo”. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho, cuja intervenção se transcreve: “Relativamente ao processo de contratualização, vou passar um bocadinho mais rápido por aqui, também dado o adiantado da hora, já é do conhecimento de cada um, nas várias assembleias vamos falando do processo de contratualização com o programa Mais Centro. -----

--- Neste momento estamos com cento e dois projetos aprovados, num montante FEDER de cerca de setenta e oito milhões de euros, divididos pelos vários eixos de intervenção. Neste momento temos um FEDER validado de cinquenta e seis milhões de euros num total dos setenta e oito e no ano passado fomos brindados com o evento final, o evento anual de comunicação do Programa Mais Centro com a visita da comissão finlandesa e também da

equipa do Mais Centro na nossa região, em que visitámos algumas obras e também tiveram a oportunidade de estar presentes na assembleia intermunicipal que se realizou no Sátão. -----

--- Por último referir que no âmbito da prospetiva de desenvolvimento regional que estava no nosso plano de atividades foram acompanhados um conjunto de dossiers importantes para a região e para o nosso território durante o ano de dois mil e doze, a própria reforma da administração local que já foi aqui falada. -----

--- Efetuamos uma reunião de trabalho com o Senhor Secretário de Estado da Administração Local e a própria comunidade intermunicipal, em devido tempo, fez chegar aos sítios próprios a sua posição e o seu ponto de vista sobre esta nova lei do associativismo intermunicipal. -----

--- Também foram realizadas reuniões com o Senhor Presidente da Estradas de Portugal e também foram realizadas reuniões com o Senhor Secretário de Estado para a Modernização Administrativa, onde tivemos a oportunidade de mostrar o projeto de modernização administrativa que estávamos e estamos a implementar na nossa região. -----

--- Relativamente aos números, acabámos com um total de balanço superior a um milhão de euros, em termos de imobilizado, o que temos na rúbrica de imobilizado e de ativo é basicamente imobilizado corpóreo fruto das aquisições de equipamento administrativo e equipamento informático e grande parte do incorpóreo*tem a ver ainda com o estudo e o enquadramento estratégico que foi feito em dois mil e sete pela Parque Expo. -----

--- As dívidas de terceiros e curto prazo está plasmado e explicado no relatório de gestão, as dívidas a terceiros, são residuais, fruto também da dimensão da comunidade e acabámos com um valor de disponibilidades repartido por depósitos bancários à ordem e a prazo e caixa na ordem dos quatrocentos e treze mil euros. -----

--- Acabámos com um resultado líquido positivo de setenta e oito mil euros e com os resultados operacionais positivos. Os nossos fornecimentos e serviços externos representam uma fatia muito grande do total dos custos, cerca de oitenta por cento, fruto também do facto da comunidade intermunicipal ser executora FEDER dum conjunto significativo de candidaturas e que por via disso ter que recorrer a fornecimento e serviços externos quer na rúbrica de trabalhos especializados, quer também na rúbrica de consultoria. -----

--- Só para terem uma ideia todo o processo de reengenharia e desmaterialização dos processos nos catorze municípios foi feito por uma empresa especializada que a comunidade intermunicipal contratou para fazer este trabalho. -----

--- A gestão da Ecopista do Dão, o concurso público que a comunidade intermunicipal lançou para fazer a manutenção nos quarenta e nove quilómetros é um fornecimento de serviços. Os

valores e os indicadores do peso que tem os fornecimentos e serviços externos derivam exatamente dum conjunto de projetos que a comunidade intermunicipal tem. -----

--- Os custos de pessoal, representam o total dos custos e ficaram muito abaixo até do valor que estava orçamentado para o ano. A CIM não lançou os procedimentos concursais ou o mapa de pessoal na totalidade que está previsto para o ano, também aqui uma contenção e um critério de gestão também de razoabilidade que tem presidido à gestão da CIM por parte do Conselho Executivo. -----

--- Os proveitos do exercício que a CIM tem derivam basicamente das quotizações, das transferências que são feitas em sede de orçamento de estado e das transferências FSE e FEDER dos fundos comunitários. -----

--- Em termos de receita corrente é esta que está expressa e que está também plasmada no relatório de gestão. Registou-se aqui um desvio orçamental, é sempre muito complicada a gestão e a execução orçamental da CIM porque trabalhamos muito na lógica de projetos, que muitas vezes estão dependentes da execução dos próprios. -----

--- Uma questão que pesou muito na gestão do ano tem a ver com o projeto, da marca Viseu Dão Lafões que é cerca de seiscentos mil euros, ou o projeto da governança da rede, projetos que ainda não tinham contrato assinado pelo Mais Centro, vamos assinar contrato proximamente e que obviamente durante este ano tivemos que abrandar relativamente à sua execução e que agora vamos começar com ele em velocidade cruzeiro. -----

--- Em termos dos mapas de fluxos de caixa o que de fato é de ressaltar é o saldo que transitou para este ano, um saldo de execução orçamental que ronda os trezentos e noventa e dois mil euros e é este valor que vamos pedir para incluir em sede de revisão orçamental. -----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Fernando Dias, cuja intervenção se transcreve: "Aquilo que o Dr. Nuno Martinho realmente e muito bem explicou, toda parte técnica e realmente realçou muito bem. De qualquer das formas queria realçar a atividade que o órgão executivo tem desempenhado ao longo destes anos com um resultado positivo, o que revela que realmente consegue de facto afetar os recursos e otimizar naturalmente os proveitos a esse nível. -----

--- Também elogiar de fato todo este trabalho, por outro lado também queria dizer que há aquela questão do ativo onde realmente as dívidas de clientes quase que duplicou, quer dizer que realmente se calhar as autarquias, se calhar em termos de quotizações estarão em crise ou haverá alguns pagamentos em atraso, não sei, porque em termos relativos aumentou bastante. -----



--- Por outro lado também temos da conta de exploração, e essa é a minha grande dúvida, é que realmente aparece aqui, Dr. Nuno Martinho, a venda de produtos, é evidente que o valor, é muito insignificativo, é uma coisa mínima, mas chama-me a atenção, ou seja, como é que realmente esta organização consegue vender produtos, não é? Sem ter qualquer compra, não é? Isto realmente é uma coisa que suscita dúvidas?-----

--- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: "Muito bem, são questões técnicas mas que são fáceis de responder pelos políticos que, às vezes, percebem muito pouco de contas. -----

--- Agradecemos a questão da parte do equilíbrio orçamental e daquilo que, em conjunto, estamos todos a fazer. O pagamento das câmaras é momentâneo, porque as câmaras hoje são obrigadas a cumprir a lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso e, portanto, têm de pagar nos noventa dias e, pode ter havido, portanto, alguma dificuldade momentânea, mas nesta altura não temos problemas com os municípios no pagamento das quotas, até porque não são assim tão significativas. -----

--- No caso das vendas, nós somos forretas e, portanto, o café que é vendido aos funcionários e aos formandos, dos mil funcionários que já passaram pela CIM, têm que pagar o café, ao preço mais baixo mas têm de pagar. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, e em face da inexistência de mais pedidos de intervenção, colocou a mesma a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao **quarto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Votação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal da CIM, para o ano de dois mil e treze, nos termos das disposições conjugadas do artigo nono da Lei quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte e sete de agosto e da alínea o) do n.º dois do artigo quinquagésimo terceiro da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de janeiro - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho e cuja intervenção se transcreve: "Relativamente à alteração do mapa de pessoal, como podem observar não há alteração relativamente ao número de postos de trabalho que está previsto criar no ano dois mil e treze, trata-se basicamente de uma alteração que tem a ver com cargos de chefia, inicialmente, em sede de

orçamento ordinário, foi aprovado o mapa de pessoal, havia a criação de um chefe de equipa numa divisão, esse chefe de equipa, transitou de uma divisão para outra em função também da dimensão do trabalho que tem a CIM e foi criado também mais um chefe de equipa em função também do regulamento de serviços que foi aprovado na última comunidade intermunicipal para a área da unidade de gestão e controlo da contratualização. -----

--- Dar conta aqui que continuamos a ser exíguos, em termos de recursos humanos, em função da dimensão, do volume financeiro e também do escrutínio a que estamos sujeitos por um conjunto de entidades como é a IGAL, como é a Inspeção Geral de Finanças ou até mesmo Bruxelas, em função da gestão dos fundos comunitários que temos. -----

--- Nós neste momento não temos ninguém, por exemplo, responsável pela área financeira, não temos ninguém responsável pela tesouraria ou pela parte da contabilidade, passa-se exatamente a mesma coisa na parte dos recursos humanos e esta especialização começa a ser necessária tendo em conta a dimensão e o volume de trabalho e a responsabilidade que vamos tendo e nesse sentido também tem a ver com isso”. -----

--- Retomou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: “Naturalmente que não há criação de nenhum posto novo, é dentro dos recursos que já existem na CIM e que depois naturalmente o Conselho Executivo terá uma palavra final nessa matéria. -----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, e em face da inexistência de pedidos de intervenção, colocou a mesma a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

----No que concerne ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** – Análise, Discussão e Votação da primeira Revisão Orçamental do exercício económico de dois mil e treze, nos termos do disposto na alínea b) do artigo décimo terceiro da Lei quarenta e cinco barra dois mil e oito, de vinte sete de agosto e na alínea b) do número um do artigo vigésimo primeiro dos Estatutos da CIM - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, que por sua vez a endereçou ao Secretário Executivo, Dr. Nuno Martinho e cuja intervenção se transcreve: “A alteração da revisão orçamental, a alteração de grande monta tem a ver com a inscrição do lado da receita com o saldo de gerência, os tais trezentos e noventa e dois mil euros que transitaram do exercício anterior, depois basicamente tem a ver com a dotação de algumas rúbricas que estavam subdotadas em orçamento ordinário e finalmente tem a ver

com a inclusão em GOP de projetos, um deles a modernização administrativa, o projeto que candidatámos ao COMPETE, e que estão inscritos com verbas residuais que é para o caso do projeto ser aprovado, poderemos dar início à sua execução com uma mera alteração orçamental, dotando então essas rúbricas.-----

--- Há também a inserção de um montante muito avultado na área da proteção civil, porque fruto do lançamento do aviso de abertura do concurso do POVT, em que as comunidades intermunicipais são as únicas entidades que se podem candidatar para dotar os serviços de bombeiros de equipamentos de proteção individual de combate a incêndios.-----

--- Portanto, de salientar uma estratégia já supramunicipal, na delegação de competências nas CIM's na área da proteção civil. Assim, a CIM terá que lançar um concurso público internacional durante o mês de maio, para nos podermos candidatar ao POVT, pois o grau de maturidade do projeto é visto pela publicação do procedimento concursal e de fato aqui esta a inscrição do lado da despesa desta grande opção do plano e com a dotação para podermos lançar e ter cabimento orçamental para lançar este concurso.-----

--- Estas são as principais alterações da presente proposta de revisão.-----

--- Retomou a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta, cuja intervenção se transcreve: "Em relação a esta matéria dar conta e é já uma ideia daquilo que as CIM's poderão vir a ter competência no futuro próximo, é uma candidatura ao POVT, só as CIM's é que poderiam fazer esta candidatura, nem a Proteção Civil Nacional nem as câmaras individualmente nem os corpos de bombeiros o poderiam fazer.-----

--- O que nós fizemos foi o trabalho de casa, juntámos em colaboração com as respetivas câmaras municipais as entidades locais e, em cada concelho. É um projeto que irá ser aprovado e apoiado de acordo com os números que a proteção civil tem para cada um dos corpos de bombeiros, em cada concelho. A comparticipação é como sabem de oitenta e cinco por cento e dos restantes quinze por cento, sete vírgula cinco por cento vai ser a Autoridade Nacional de Proteção Civil a pagar e os restantes sete vírgula cinco por cento serão os catorze municípios, pois todos eles deram a sua bênção, entre aspas, para que não houvesse nenhuma comparticipação dos respetivos corpos de bombeiros, quer eles sejam voluntários quer sejam municipais, no caso de Viseu.-----

--- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, e em face da inexistência de pedidos de intervenção, colocou a mesma a votação tendo sido aprovado por unanimidade.-----

--- Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos.-----

--- Relativamente ao sexto **ponto da ordem de trabalhos** – Aprovação da assunção de compromissos plurianuais nos termos do disposto na alínea c) do número um do artigo sexto da Lei oito barra dois mil e doze, de vinte e um de fevereiro - foi dada a palavra ao Senhor Presidente do Conselho Executivo, Dr. Carlos Marta e cuja intervenção se transcreve: “Em relação a este ponto em concreto ele refere-se ao compromisso plurianual porque, no âmbito da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação há diferentes projetos, quer de autarquias quer da própria CIM que de instituições como por exemplo a AIRV, e há um que também já foi aprovado individualmente no âmbito desta rede e que se chama “Viseu a”, é feito pelo Teatro Viriato e é um conjunto de iniciativas culturais não só em Viseu mas também nos restantes catorze municípios. -----

--- Foi um projeto muito bem elaborado, muito bem apresentado e mereceu a concordância da comissão diretiva do Mais Centro, recentemente foi aprovado, nós temos que assumir o compromisso plurianual. Embora seja um projeto individual desta instituição nós levámos ao Conselho Executivo da CIM que entendeu, visto que ele é para os catorze municípios, compartilhar este projeto, sendo que no próximo dia seis de maio iremos apresentar conjuntamente com a administração do Teatro Viriato este projeto para a nossa região. -----

--- Vai ser um grande evento cultural em Viseu já este ano. No próximo dia seis já apresentaremos publicamente isso. Foi aprovado no Conselho Executivo, até porque a comunidade tem condições para apoiar do ponto de vista financeiro e é esse compromisso que nós trazemos aqui. -----

--- Temos um outro compromisso plurianual aprovado no Conselho Executivo e tem a ver com uma nova rede para, um projeto que foi desenvolvido pela Comissão Vitivinícola do Dão, a Rota do Vinho do Dão e, este projeto era uma candidatura individual fora da rede, não tem nada a ver com a RUCI, mas fomos desafiados pela Comissão Vitivinícola, que o apresentou, e que se não tivesse uma entidade pública agrupada, significaria que apenas teria uma participação de setenta por cento. -----

--- Nós entendemos, no âmbito da CIM, que nos deveríamos associar a esta rota, o que significa logo um aumento automático da participação de setenta para oitenta e cinco por cento, sendo que depois disso decidimos também apoiar participando metade dos restantes quinze por cento em falta. -----

---Vamos fazer um protocolo e desta forma apoiar uma iniciativa que para nós é muito importante que é divulgar e promover através da Rota do Vinho do Dão um dos produtos mais importantes que nós temos na nossa região. -----

---Já agora, se me permitem no âmbito disto, porque vem mesmo a calhar, eu quis há pouco falar sobre isso e que tem a ver com o evento do Prove Dão Lafões, nós tivemos o cuidado e por sugestão, é bom aqui dizer, da Senhora Presidente da Câmara de Nelas, não dar ao Prove Dão Lafões a ideia, visto que era um evento organizado em Viseu, do vinho, ou seja, tivemos o cuidado, porque existe um magnífico evento de promoção do vinho em Nelas, entendemos que a promoção que iríamos fazer no Prove Dão Lafões seria sobretudo nos produtos locais, sendo que o vinho poderia aparecer. -----

---Ou seja, não quisemos fazer na mesma região dois eventos, porque acho que não tinha sentido a competitividade e é desta forma que nós ajudamos e promovemos os diferentes concelhos de uma forma articulada para que todos possam ter os seus próprios projetos. -----

---Portanto, o Prove Dão Lafões muito vocacionado para os produtos locais e mantivemos este grande projeto que é o projeto da Câmara Municipal de Nelas e da sua inteira responsabilidade, de promoção do vinho do Dão. -----

---Retomou a palavra o Senhor Presidente da Mesa, Dr. Almeida Henriques, e em face da inexistência de pedidos de intervenção, colocou a mesma a votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

---Informou, também, a Assembleia que a presente deliberação fora aprovada em minuta, nos termos do artigo vigésimo sétimo número três do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

-----Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** – Outros Assuntos – Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, o Senhor Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada às vinte horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata que vai ser devidamente subscrita pelo Presidente da Mesa e pela Secretária da mesma. -----

ALBERTO JORGENSE HENRIQUES
Tania Fagundes Pacheco Coelho Ferrás